

O camarada Sérgio Vilarigues quando falava à reportagem do «Avante!»

VIII CONGRESSO DO PCP

• Entrevista com o camarada Sérgio Vilarigues

Pág. 5

FRENTE ELEITORAL



POVO UNIDO

INTERESSES PARTIDÁRIOS NA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Relativamente à hipótese de prorrogação do prazo para a entrega das candidaturas para os órgãos de poder local — que acabou por ser oficialmente anunciada para o próximo dia 29. de Outubro, aumentando assim de mais uma semana o prazo anteriormente estabelecido — a Frente Eleitoral Povo Unido tornou público um comunicado em que desmascara as manobras que estavam na forja e que acabaram por se concretizar.

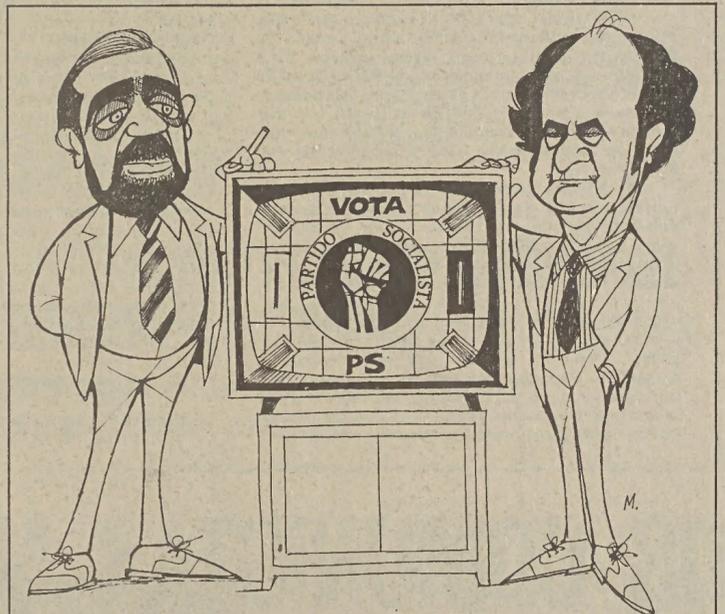
Recordando primeiro que «este adiamento, no caso de vir a ser decidido (e foi), não é uma mera questão de índole técnica mas tem causas evidentemente políticas com implicações graves no desenrolar do processo eleitoral e podendo afectar o próprio cumprimento da data fixada pela Constituição», a Frente Eleitoral Povo Unido adianta:

«A ligeireza de procedimento que estas alterações mostram põe em causa a isenção e a capacidade das entidades responsáveis, introduz um factor de insegurança no processo eleitoral e ilude as expectativas dos cidadãos em relação a um acto tão importante.

«A Frente Eleitoral Povo Unido considera que a lei eleitoral se deveria caracterizar pela simplicidade e clareza, facilitando assim o concurso dos cidadãos e das forças políticas interessadas nas eleições para os órgãos de poder local. Não pode porém concordar com alterações que estejam ao sabor de conveniências circunstanciais de ordem partidária e não sejam motivadas pelo interesse geral dos cidadãos».

O «PLURALISMO» NA TV

De Janeiro a Setembro o PS ocupou mais tempo na TV que todos os outros partidos juntos!! Pág. 12.



Os notórios pluralistas Manuel Alegre e Tomás Rosa e uma hipótese de mira técnica para a nova TV

MENSAGEM DO CAMARADA AGOSTINHO NETO

Em resposta ao telegrama de felicitações enviado pelo camarada Alvaro Cunhal ao camarada Agostinho Neto, por ocasião do seu 54.º aniversário, o presidente da República Popular de Angola e do MPLA dirigiu ao secretário-geral do nosso Partido a seguinte mensagem:

Camarada Alvaro Cunhal,
Tenho o grande prazer de agradecer

Luanda, 14 de Outubro de 1976 Agostinho Neto, Presidente do MPLA Presidente da RPA

a mensagem de felicitações que me enviou por ocasião do meu aniversário. Aproveito esta oportunidade para lhe desejar a si e a todos os camaradas os nossos melhores protestos de amizade e camaradagem e para formular votos de maiores êxitos na luta comum contra o imperialismo, pela paz e o progresso dos povos.
A vitória é certa!

POLÍTICA FINANCEIRA DO GOVERNO CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Em contradição com as afirmações que têm vindo a ser feitas pelo governo de apoio e defesa da Reforma Agrária assiste-se à cedência a reivindicações da CAP, estando desde já os grandes agrários a receber chorudas indemnizações, ao mesmo tempo que se estrangula os créditos de emergência — (Pág. 9)



Pág. 10

DKP: SOLIDARIEDADE!

Editorial

O FACTOR DECISIVO NA SITUAÇÃO ACTUAL

A situação actual está longe de inspirar tranquilidade, acumulam-se novos factores de desestabilização política, militar e social.

Serenamente, atribuindo a cada um desses factores o seu peso específico e sopesando criteriosamente o seu conjunto, devemos-nos, contudo, perguntar uma vez mais o que e quem os origina e quais as forças interessadas na desestabilização. Sobretudo, como enfrentá-las e lhes dar combate.

A crise aprofunda-se e cada dia que passa sem medidas enérgicas, adequadas e claras, mais difícil se torna debelá-la, mais se deteriora e complica a situação.

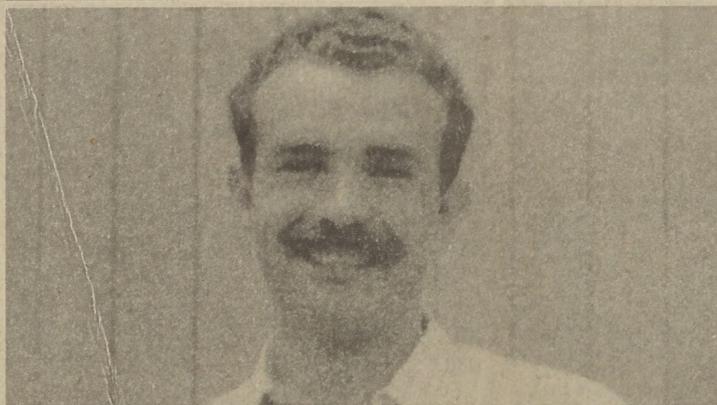
Quando falamos de medidas adequadas referimo-nos a uma necessária adequação à nova realidade económica e social do País, a medidas tão claras que os trabalhadores e as outras camadas mais amplas do nosso Povo as aceitem e compreendam e ao mesmo tempo suficientemente enérgicas para vencer a resistência dos inimigos da democracia e travar a acção dissolvente das forças apostadas na desestabilização.

A inerteza que preside à política do Governo do PS não só impede a aplicação urgente de tais medidas como favorece as manobras da direita reaccionária para inverter o processo a seu favor.

(Continua na pág. 2)

GREVE DOS OPERÁRIOS DA PANIFICAÇÃO

A greve da panificação — enquanto os trabalhadores continuam a luta com novas formas de enfrentar o patronato, este continua nas suas manobras, procurando fazer voltar contra os trabalhadores os sectores da população menos esclarecidos. Entretanto o Ministério do Trabalho não intervém — Pág. 4



HOMENAGEM À MEMÓRIA DE GUILHERME DE CARVALHO

Pág. 4

Lista atecia a Inter ganha (77,6%) eleições no Sindicato do Comércio (Porto)
7248 votos (77,6%) sobre 9341 inscritos, a maioria absoluta, venceu a lista atecia no 1.º turno das eleições para o Conselho de Administração do Sindicato do Comércio de Porto.

Confirmada a capacidade do movimento unitário
O plenário do movimento unitário, realizado em 17 de Setembro, aprovou o projecto de regulamento do movimento unitário.

Ferrovários apoiam Congresso dos Sindicatos
Os ferroviários do Norte do País aprovaram o projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos.

TRABALHO
CONGRESSO DOS SINDICATOS:
SINDICATO DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES ABANDONA A «CARTA ABERTA»

«CARTA ABERTA» EM CAUSA
Não dos Bancários do Norte pode ter peso no Sul

Regressos em todo o País
O grupo da «Carta Aberta» regressa em todo o País.

Proseguem reuniões preparatórias
O Congresso dos Sindicatos prossegue as reuniões preparatórias.

Lisnave pelo Congresso de Todos os Sindicatos
A Lisnave apoia o Congresso de Todos os Sindicatos.

Mais oito sindicatos aprovam projecto da CNOP
Mais oito sindicatos aprovaram o projecto da CNOP.

Marinha Mercante debate projecto de regulamento
A Marinha Mercante debate o projecto de regulamento.

«CARTA ABERTA» DA «CARTA ABERTA»
A «Carta Aberta» da «Carta Aberta».

DIRIGENTES DOS ESCRITÓRIOS FOGEM DOS TRABALHADORES
Os dirigentes dos escritórios fogem dos trabalhadores.

«DEMOCRACIA» DA «CARTA ABERTA»
A «democracia» da «Carta Aberta».

«CARTA ABERTA» EM CAUSA
A «Carta Aberta» em causa.

«CARTA ABERTA» EM CAUSA
A «Carta Aberta» em causa.

«CARTA ABERTA» EM CAUSA
A «Carta Aberta» em causa.

E PORQUE NÃO A UNIDADE?

Os problemas das massas populares são os mesmos sejam quais forem as opções partidárias de cada um

As próximas eleições para as autarquias locais são uma batalha que as forças progressistas não podem perder.

No momento em que a reacção se lança decididamente ao ataque — incentivada pela cobertura e apoio que lhe são dados aos mais diversos níveis políticos e governamentais — não escondendo já que os seus verdadeiros objectivos são a liquidação da democracia e o regresso ao passado, importa urgentemente reagrupar forças capazes de lhe fazer frente e de lhe infligir

uma esmagadora derrota nesta importante batalha política que são as próximas eleições.

Os erros e incapacidades de certas forças democráticas em vencer as divergências que as separam e em trazer para primeiro plano o que têm de comum, o que fundamentalmente as deveria unir criaram uma situação que só à direita aproveita. No caso concreto das eleições para as autarquias quem lucra com a insistência do PS no prosseguimento da sua política do «sózinhos»? Não certamente as massas

populares que deste modo se vêm colocadas perante a partidização de um acto eleitoral de cujos resultados irão depender, essencialmente, soluções para problemas comuns a homens e mulheres quaisquer que sejam a suas opções políticas.

A construção da escola que não existe, da estrada que tanta falta faz, a electrificação de uma vila ou aldeia, o calhariz que beneficiará toda a população e tantos, tantos outros pequenos grandes problemas que por esse país fora estão por resolver interessarão mais a um comunista que a um socialista? É evidente que não.

Porquê então não unir forças para impedir que aqueles que não estão interessados na resolução desses problemas — quarenta e oito anos de fascismo bem o demonstraram — voltem a ocupar esses órgãos de poder local, tão importantes para a vida e desenvolvimento das populações?

Foi da necessidade urgente de unir as forças democráticas que surgiu a Frente Eleitoral Povo Unido. Esclarecer as mais vastas camadas da população, discutir com elas os problemas mais prementes e estudar formas de os resolver, despertar as populações para

homens e mulheres bem conhecidos das suas terras, com um passado limpo e honesto, com provas dadas do seu empenhamento na causa da democracia e na defesa intransigente dos interesses das massas populares, são a prova incontestável do profundo sentimento de unidade que anima o nosso povo.

Mas atenção, que as forças de direita e os grupos esquerdistas — que pela sua prática divisionista servem objectivamente a reacção — não regatearem promessas para atrair votos. Da fonte à capela tudo prometerão. Que o povo saiba ver quem eles são, onde estavam antes, o que faziam e como viviam quando os operários, os camponeses, os pescadores, os assalariados rurais, as massas populares eram ainda mais oprimidas e exploradas do que o são hoje.

Os do tempo da «outra senhora» vão querer regressar. Com outras caras, com outros nomes, com outras roupagens, mascarados de democratas vão fazer todos os esforços para recuperar os privilégios perdidos. Através de si trarão os partidos que pregam a recuperação capitalista, a entrega das terras aos latifundiários, a submissão do país ao imperialismo.

ASSALTADO EM ALMEIRIM O CENTRO DE TRABALHO

Na madrugada de 10 para 11 de Outubro, elementos reaccionários ainda por identificar, assaltaram, saquearam e destruíram parcialmente as instalações e documentação do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português em Almeirim.

Para nós, comunistas, para todos os verdadeiros democratas e antifascistas, não é difícil adivinhar quem assalta, quem destrói, quem rouba. São saudosistas do passado fascista que, ontem como hoje, apregoando a liberdade, não hesitam em levar a cabo todo o tipo de ataques às liberdades democráticas e outras conquistas do nosso povo, consagradas na Constituição da República Portuguesa.

Não julguem esses inimigos da democracia que os seus crimes ficarão impunes. Não é por acaso que estes actos desesperados e criminosos coincidem com as lutas que os trabalhadores agrícolas travam contra os despedimentos, contra as manobras dos laiaos, contra a sabotagem económica dos grandes agrários e pela aplicação da Lei da Reforma Agrária, com o julgamento dos reaccionários Manuel Antunes de Almeida e Inácio Tomé dos Santos «Gruilha» das Fazendas de Almeirim e mesmo com o desenvolvimento, por todo o concelho, de um amplo movimento de unidade

antifascista em torno das eleições para as autarquias locais.

A Comissão Concelhia de Almeirim do PCP apela à unidade e vigilância de todos os democratas e antifascistas contra os inimigos da liberdade e da democracia. Esperamos que, da parte das autoridades a quem compete defender e garantir a ordem e legalidade democráticas, tudo seja feito para descobrir e condenar severamente os assaltantes.

Nunca o fascismo nos vergou e também não será agora que o conseguiremos. A nossa luta é a luta de todo o nosso povo.

Só unidos, organizados e vigilantes conseguiremos impedir o avanço da reacção e do terrorismo e tornar realidade a construção e consolidação de um regime democrático que a Constituição consagra a caminho do socialismo.

Contra o banditismo e o terrorismo!
Pela defesa intransigente da legalidade democrática!
Pelo cumprimento rigoroso da Constituição!

A Comissão Concelhia de Almeirim do PCP

NÃO OS ESQUECEREMOS

Um acidente de viação ceifou a vida ao nosso camarada Abílio de Jesus Marcelino, de 40 anos, membro da célula do PCP da Alfândega de Lisboa. Além de desenvolver uma intensa actividade neste organismo do nosso Partido, fez parte durante um ano do Conselho de Trabalhadores da Alfândega de Lisboa, onde lutou com determinação e elevado sentido de responsabilidade contra a corrupção, pela melhoria das condições de trabalho, pela reestruturação dos quadros do pessoal e pela sindicalização dos trabalhadores.

Há nove meses que este nosso camarada se dedicava igualmente à gestão de uma cooperativa de consumo que funciona na Alfândega. Presentemente, colaborava

nos trabalhos da lista unitária dos Olivais para as autarquias locais.

Expressando os sentimentos dos comunistas, o colectivo do «Avante!» apresenta à família deste nosso camarada sentidas péssimas.

Vítima também de um acidente de viação, quando regressava do emprego em Longjumeau (França), faleceu no passado dia 11 o camarada José Eduardo Simões, de 33 anos, natural de Vila Praia de Ancora.

A família enlutada do colectivo dos trabalhadores do «Avante!» expressando os sentimentos de todos os militantes e simpatizantes do nosso Partido, apresenta sentidas condolências.

SAUDAÇÕES

À FESTA DO «AVANTE!»

Publicamos hoje algumas das mensagens de saudação que continuam a chegar-nos de órgãos centrais de Partidos irmãos por ocasião da Festa do «Avante!». As condições de luta que existem nesses países e nós, comunistas portugueses, conhecemos-las bem, determinam por vezes os atrasos agora registados.

As duas mensagens que transcrevemos são do «Tribuna Popular», órgão central do Partido Comunista da Venezuela e dos órgãos do Comité Central do Partido Comunista de Israel, «Zo Haderekh» e «Al-Itihad», respectivamente em hebraico e em árabe, e ambas expressam a sua solidariedade para com o nosso jornal e a sua iniciativa.

«Caros camaradas: «Desejamos um grande sucesso na vossa Festa e estamos certos de que será um novo ponto de partida na luta militante da imprensa comunista do vosso País e do Partido Comunista Português na consolidação da democracia rumo ao socialismo e para o bem-estar e a felicidade do Povo trabalhador e das massas populares de Portugal.

Chefe de Redacção do «Zo Haderekh», Yehuda Ungar. Chefe de Redacção do «Al-Itihad», Emile Habibi.»

SAUDAÇÃO DO «TRIBUNA POPULAR»

«Ao Comité Central do Partido Comunista Português e ao «Avante!»:
«Queridos camaradas: «Recebem as calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista da Venezuela por ocasião da Festa do «Avante!», festa também da vossa militância.
«O «Avante!» chegou aos quarenta anos de publicação com um extraordinário passado político, com uma

brilhante folha de serviço — escrita já na História de Portugal — em benefício das massas trabalhadoras e de todo o Povo.

«Porta-voz fiel da classe operária, leal propugnador dos postulados do internacionalismo proletário, denodado defensor das reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo, a sua publicação durante estas quatro décadas constitui um grande mérito histórico para vós, queridos camaradas, que souberam, em difíceis condições, manter bem alto a bandeira do marxismo-leninismo, sem qualquer concessão às diversas formas de oportunismo que o imperialismo põe em prática para debilitar a unidade revolucionária. Cumprida essa façanha contra o fascismo até Abril de 1974, logo seguida da consolidação do processo revolucionário, aparece com nitidez nas colunas do «Avante!». Dai o vosso júbilo justificado ao qual, nós, comunistas venezuelanos, nos associamos inteiramente.

«Estamos certos que o «Avante!» continuará sem tréguas a tarefa que os seus fundadores e redactores lhe impuseram. Como estamos seguros também de que o Povo Português — apesar das manobras desencadeadas incessantemente pela reacção — acompanhará cada vez mais as suas palavras de ordem. Por isso, em nome de todos os nossos militantes e em nome também do nosso órgão central «Tribuna Popular», dizemos convosco: Avante, até à vitória final!
«Viva o heróico Partido Comunista Português!
«Longos anos de vida e de êxito para o «Avante!»
«Viva a unidade das forças progressistas!
«Viva o internacionalismo proletário!
«Gustavo Machado, director do «Tribuna Popular». Jesus Faria, Secretário-geral do PCV.»

FESTIVAL AMADOR DE CANTO LIVRE

Dando seguimento a uma iniciativa que desde o primeiro momento encontrou grande aceitação nas camadas juvenis, a União da Juventude Comunista vai realizar o II Festival Amador de Canto Livre do concelho de Sintra.

Aberto à participação de todos os jovens quaisquer que sejam as suas opções partidárias ou credos religiosos, o Festival realizar-se-á no próximo dia 27 de Outubro, às 21 horas, no cinema Chaby do Algueirão.

Do júri que apreciará as canções farão parte, entre outros Ary dos Santos, J. Jorge

Letria e Joaquim Pessoa. A correcta compreensão da importância e papel da música como forma de intervenção poderá ser um primeiro passo para a mobilização da juventude em torno de interesses comuns. Para já, tem a palavra o canto moço. E quem sabe se novos valores não se irão revelar?
Jovem, participa no Festival Amador de Canto Livre! Como disse o poeta, erguer a voz e cantar é próprio de quem é jovem.

E quem não é jovem quando se vive o dia-a-dia a construir o futuro?

COMÍCIO NO PORTO

A Comissão Coordenadora do Porto da Frente Eleitoral Povo Unido vai realizar naquela cidade, no próximo sábado, um grandioso comício-festa que será presidido pelo professor Ruy Luís Gomes, candidato à presidência da Assembleia Municipal da capital nortenha.

No comício-festa, que terá início pelas 21,30 horas no Pavilhão do Académico, usarão também da palavra dois representantes da FEPU, o camarada Carlos Costa pelo PCP e José Tengarrinha pelo MDP, e ainda outros candidatos da Frente à Câmara e Assembleia municipais. A finalizar esta jornada de unidade popular actuarão vários artistas progressistas.

A propósito desta iniciativa, que inicialmente estava prevista para o passado dia 15, aquela Comissão Coordenadora emitiu um comunicado onde se responsabilizavam as entidades detentoras dos mais importantes recintos e salas de espectáculos, do Porto pelo adiamento verificado, dado que após a cedência oral de um desses grandes recintos retiraram a autorização concedida sob pretextos sem qualquer validade.

No referido comunicado acentua-se que a persistirem, tais dificuldades converter-se-ão num grave acto de boicote ao direito de reunião consignado na Constituição da República. A terminar, recorda-se que durante os anos de ditadura os democratas portugueses se debateram com o mesmo problema, mas agora, na sociedade democrática que constituímos, não podemos aceitar tais atitudes de oportunismo e discriminação política.

a necessidade de participarem activamente nesses órgãos de poder que deverão ser a expressão legítima da sua própria vontade, eis os objectivos que presidem a essa Frente tão ampla que tanto mais se realizará quanto mais for capaz de gerar formas de organização unitárias com dinâmica própria.

O aparecimento de incoerentes Comissões Eleitorais Unitárias que apresentam nas suas listas de candidatos às autarquias

É preciso que o povo os desmascare, que não se deixe iludir com falsas promessas e falas demagógicas.

É preciso que o povo afirme a sua decisão de caminhar para o futuro, o futuro que será uma sociedade mais livre e mais justa.

É preciso que o povo coloque à frente das autarquias locais os que lutaram e lutam por melhores condições de vida, pelo bem estar da comunidade, pela paz e pelo progresso.

IMPEDIDOS DE COLAR CARTAZ POR GESTORES DO CDS

Ao mesmo tempo que recebe os mais entusiásticos aplausos da direita reaccionária, a acção do Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) — que se tem vindo a caracterizar por uma onda de saneamentos à esquerda e por outras medidas que têm como objectivo a liquidação de um verdadeiro Ensino Democrático — vai estimulando, cada vez mais, os caciques do CDS e do PPD que se encontram a gerir estabelecimentos escolares no país.

Um exemplo concreto da arrogância elitista neste sector da vida nacional manifestou-se recentemente na Escola Secundária de Vila do Conde, quando os elementos do Conselho de Gestão, afectos ao CDS,

solicitaram a presença da PSP local para deter e identificar três estudantes antifascistas que procediam à colagem de um cartaz.

Entretanto, não satisfeitos com a sua atitude que recorda outras análogas de reitores bufos no tempo da opressão fascista, os elementos da Comissão de Gestão, entre os quais se encontra um candidato do CDS, telefonaram ao presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde informando-o de que os estudantes antifascistas pretendiam colar o referido cartaz na cantina e ameaçavam ocupá-la, o que era falso — denuncia esta bem digna do estófo dos caciques «centristas». O dr. Freitas do Amaral pode realmente orgulhar-se dos seus discípulos de Vila do Conde...

«NÃO SE PODE CONSTRUIR A DEMOCRACIA DEIXANDO IMPUNES OS CRIMES FASCISTAS»

— afirmou Francisco Miguel na homenagem a Guilherme da Costa Carvalho

«A liberdade que conquistámos em 25 de Abril de 1974 não nasceu por geração espontânea. Os militantes que, durante 50 anos, lançaram à terra

tivemos, de assistir ao 25 de Abril, de assistir ao começo da libertação do povo português. Mas sua luta inseriu-se na luta pela libertação de todos os povos



portuguesa as sementes da liberdade contaram entre os seus mais activos companheiros o camarada Guilherme da Costa Carvalho — afirmou, no domingo passado, Francisco Miguel, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, junto da campa daquele destacado militante comunista, cuja memória foi assinalada no âmbito das comemorações do 2.º aniversário da abertura da sede das comissões de freguesia do Bonfim e de Santo Ildefonso, que passou a chamar-se Centro de Trabalho «Guilherme da Costa Carvalho».

EXEMPLO EXTRAORDINÁRIO

Muitas dezenas de camaradas e antifascistas deslocaram-se, no domingo de manhã, ao cemitério do Prado de Repouso, onde se encontra a campa de Guilherme da Costa Carvalho. Presentes, entre outros, Ângelo Veloso e Francisco Miguel ambos, do Comité Central, Jorge Araújo, da Direcção da Organização Regional do Norte, Branca Carvalho, do Comité local do Porto, e ainda, Virgínia Moura, José Morgado e o destacado lutador antifascista Ruy Luís Gomes.

Depois da camarada Virgínia Moura ter evocado aspectos da luta de Guilherme da Costa Carvalho, o Reitor vitalício da Universidade do Porto, professor Ruy Luís Gomes, num breve improviso, afirmou:

«Como velho lutador antifascista e como companheiro de Virgínia Moura e de outros destacados elementos do Partido Comunista Português queria prestar a minha homenagem a Guilherme da Costa Carvalho, a esse jovem que, desde os 20 aos 50 anos, esteve sempre nas primeiras linhas da luta pela libertação do povo português, passou 30 anos entre a clandestinidade, as prisões e sempre com a mesma tenacidade, a mesma intransigência, o mesmo entusiasmo a lutar para que o povo português fosse efectivamente, um povo livre.
«Não pode Guilherme da Costa Carvalho ter a felicidade, como nós

do mundo. É nesse sentido que eu, ainda recentemente, quando estive em Moçambique ouvi o grande dirigente Samora Machel dizer: «a luta continua!» Quer dizer, continua em África, continua na Ásia, na Europa e continua aqui, em Portugal. Portanto, é não só em homenagem a Guilherme da Costa Carvalho, mas também procurando inserir a sua luta como um exemplo na luta que nós, todos, temos de continuar que estamos aqui a recordar o seu nome e, acima de tudo, aquele jovem lutador, aquele exemplo extraordinário para todos os que que não desistem de que Portugal seja, um país livre, um país independente, um país voltado para o socialismo.»

Seguidamente, por proposta do candidato da Frente Eleitoral «Povo Unido» à presidência da Assembleia Municipal do Porto foi guardado um minuto de silêncio à memória de Guilherme da Costa Carvalho. Mais tarde, na sede das comissões de freguesia de Santo Ildefonso e do Bonfim do PCP, instalada na antiga residência do destacado dirigente do Comité Central, foi inaugurada uma exposição adiversa à vida de Guilherme da Costa Carvalho, onde se encontravam expostos alguns trabalhos que fez durante os 17 anos que passou nos cárceres fascistas. O camarada Francisco Miguel descerrou uma lápide evocativa das comemorações, no centro de trabalho.

FIDELIDADE A UMA MENSAGEM

Muitas centenas de pessoas encheram completamente a sala da Cooperativa dos Pedreiros, onde se realizou um comício promovido pelas comissões de freguesia do Bonfim e de Santo Ildefonso do nosso Partido. Na mesa encontrava-se, além de representantes daquelas organizações, Francisco Miguel, Jorge Araújo, Virgínia Moura, Branca de Carvalho, José Campelo e Albertina Diogo, companheira de Guilherme da Costa Carvalho.

Depois de ter falado Albino Pinto da comissão de freguesia de Santo Ildefonso, usou da palavra a camarada Virgínia Moura que, após ter responsabilizado o regime fascista e a PIDE pela morte de

Guilherme da Costa Carvalho, perguntou: «Quando será que o povo português verá castigados os autores deste nefando crime e de tantos outros semelhantes de que foram vítimas os cidadãos que podem considerar-se entre os mais válidos da nossa querida pátria?»

Na sua intervenção, o camarada Oliveira Dias denunciou violentamente a política reaccionária que o ministro Cardia vem desenvolvendo assegurando que os estudantes e professores comunistas estarão nas primeiras linhas do combate em defesa das conquistas alcançadas após o 25 de Abril.

Aspectos da vida e da luta de Guilherme da Costa Carvalho foram emocionadamente evocados pelo camarada Francisco Miguel que foi seu companheiro nas célebres

fugas dos fortes de Peniche e de Caxias. O deputado comunista pelo distrito de Beja à Assembleia da República, depois de ter salientado a importância e o papel dos centros de trabalho no desenvolvimento da luta e da organização do nosso Partido, denunciou o atraso do início dos julgamentos dos pides e a recente decisão do Tribunal Militar de Lisboa acentuando que «não se pode construir a democracia deixando impunes os crimes do fascismo».

A finalizar o comício, o camarada Jorge Araújo declarou: «Camaradas e amigos, eu conheci bem o Guilherme e posso dizer-vos que só lutando com energia, com firmeza e com entusiasmo para levar para a frente a Revolução saberemos ser fiéis à mensagem da sua vida.»

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

FESTA DA JUVENTUDE

6ª Feira, dia 22 às 21,30 horas na FIL



DANÇAS E CANTARES DA URSS CANTO LIVRE GRANDIOSO BAILE COM O CONJUNTO AD-HOC

ADQUIRA CONVITES NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP-UJC-UEC

IP BENTO DE JESUS CARAÇA 6.ª-feira, 22 de Out. às 21.30

Sessão de apresentação do livro **POEMAS de Francisco Miguel**

Livraria Bento de Jesus Caraça — R. Alarcova de Baixo, 13 — EVORA Entrada livre

PATRONATO DA PANIFICAÇÃO RECUPERA COM A ESPECULAÇÃO O QUE PERDE COM A GREVE

No presente caso dos trabalhadores da panificação, o patronato previu que uma greve do sector, a ser decretada, poderia colocar sectores da população contra a luta dos trabalhadores

A greve dos trabalhadores da panificação ilustra muito claramente a atitude do patronato reaccionário. Não cedendo às justas reivindicações dos trabalhadores, o patronato reaccionário recusando-se a negociar, empurra os trabalhadores para formas extremas de luta, na mira de retirar lucros políticos dessa situação.

O patronato previu que uma greve do sector, a ser decretada, poderia colocar sectores da população contra a luta dos trabalhadores. Para que tal fim se cumprisse, o patronato dispõe sempre dos pluralistas meios de comunicação social que, dentro da isenção que lhes vem sendo peculiar, defendem o patronato e atacam as reivindicações das massas trabalhadoras.

assim, o patronato ainda pesa os prós e os contras de empurrar a situação para um beco sem saída que leve os trabalhadores a decretar formas radicais de luta, uma vez que, fazendo-o, pode sofrer aí alguns prejuízos económicos.

acção um circuito paralelo de produção e distribuição que rapidamente conduziu para graves situações especulativas, de mercado negro.

TRABALHADORES DA TMG SUSPENSOS ARBITRARIAMENTE HÁ OITO MESES

Há oito meses que 17 trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves se vêem, arbitrariamente, privados do trabalho, sem que o Governo tome medidas eficazes para que a Constituição e a Lei sejam respeitadas.

qualquer suspensão ou saneamentos feitos por entidades ou grupos no interior ou exterior da empresa.

ordenavam a nossa reintegração imediata, no que mais uma vez foi desobediência da administração da TMG.

Os 17 trabalhadores arbitrariamente suspensos deliberaram, como última instância nacional, enviar um documento ao Presidente da República, no qual expõem a sua situação.

Perante a recusa da entidade patronal em cumprir a resolução do Governo através citada, o sr. ministro do Trabalho tomou várias posições públicas, quer através dos órgãos de informação quer por notas oficiais, nomeadamente em 16/2/76, 17/2/76, 19/2/76 e 16/3/76 que, de uma maneira ou de outra, consideram por cumprir a resolução do Conselho de Ministros e, portanto, ilegal a administração da TMG enquanto não se der a reintegração dos trabalhadores suspensos.

Após a tomada de posse do Governo Constitucional, o sr. ministro do Trabalho, quer em declarações públicas (ex.: «Diário de Lisboa» de 24/8/76) quer em entrevistas com os signatários, tem afirmado que o nosso afastamento é ilegal e que teremos de ser reintegrados.

Esse documento, no qual os dezasseis trabalhadores suspensos solicitam uma audiência ao Presidente da República, foi acompanhado por um outro, dirigido ao Presidente da Assembleia da República e com conhecimento aos grupos parlamentares, cujo teor é o seguinte:

Outros membros do VI Governo, como o ministro da Indústria, o secretário de Estado do Trabalho, o ministro da Cooperação, o ministro da Educação e o ministro do Comércio Externo, em contactos que conosco tiveram foram unânimes em declarar que a resolução do Conselho de Ministros que permitiu o regresso da Administração da TMG, foi tomada com uma condição expressa de não haver retaliações sobre trabalhadores, pelo que o que conosco se passava e passa é uma ilegalidade por contrariar aquela decisão.

Para justificar a excessiva demora em fazer cumprir a nossa reintegração, bem como de muitos trabalhadores do Sector Têxtil do Norte em condições idênticas, tem o sr. ministro do Trabalho afirmado que a correlação de forças existente não é favorável ao cumprimento das leis e da Constituição nesta zona do País quando elas consagram direitos fundamentais dos trabalhadores.

PATRONATO BOICOTA CCT VERTICAL DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS

A Comissão Negociadora Sindical do CCT Vertical para as actividades gráficas e afins denunciou recentemente, no decorrer de uma conferência de imprensa, a recusa por parte das entidades patronais de se sentarem conjuntamente com os trabalhadores à mesa das negociações.

assim a concretização do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical - têm sido a Associação das Indústrias Gráficas e Transformadoras de Papel, a Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros e a Associação dos Industriais de Fotografia.

Esta luta complexa e difícil os trabalhadores têm sabido conduzi-la com firmeza e determinação. E, prevendo uma situação que imponha novas formas de luta para fazer face às manobras do patronato que dispõe de amplos meios de resistência à greve, os trabalhadores, com a mesma firmeza e determinação saberão encontrar essas novas formas, mantendo o que de essencial conquistaram até agora: a unidade da classe.

As associações representativas do patronato deste sector são a Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras de Papel, Portuguesa dos Editores Livreiros, Industriais de Fotografia, Industriais de Cartão e de Material Eléctrico, Fotográfico e Electrónico e Imprensa Diária. As associações patronais que mais se têm distinguido na recusa de se sentarem conjuntamente com os trabalhadores à mesa das negociações - impedindo

o argumento de que não existe, no processo produtivo qualquer relação entre aquelas associações. Mas uma das situações estranhas a este argumento reside no facto, já denunciado pelos trabalhadores de duas dessas associações - Gráficas e Livreiros - que invocam diferenças insuperáveis - terem escolhido para seu presidente a mesma pessoa, Francisco Lyon de Castro.

Os trabalhadores já denunciaram estas semelhanças e diferenças à vontade do patrão. E baseiam a sua proposta de negociação vertical na própria Constituição.

de novo à venda MOVIMENTO SINDICAL E UNIDADE NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

A recusa por parte da entidade patronal em negociar inseriu-se na ofensiva generalizada do patronato que adopta atitudes idênticas noutros sectores de actividade. No decorrer da conferência de imprensa, os trabalhadores afirmaram: É uma manobra generalizada de recuperação capitalista, apoiada intransigentemente pelas forças de direita e reaccionárias e habilmente orquestrada pela CIP e CAP.

Os cerca de quinze mil trabalhadores da construção civil na ilha da Madeira entraram em greve total na passada terça-feira, tendo ficado completamente paralisado este sector de actividade naquela ilha.

negociação o acordo não foi conseguido uma vez que a entidade patronal não concordou com o aumento salarial proposto pelos trabalhadores e não aceitou o pagamento do 13.º mês, apesar de os trabalhadores terem proposto o seu pagamento em duas prestações.

JORNADA LUSO-SOVIÉTICA DE AMIZADE JUVENIL

A convite do Comité das Organizações Juvenis da URSS (KMO), encontra-se em Baku, capital da República Soviética do Azerbaijão, uma delegação de jovens portugueses que participa no Festival de Amizade da Juventude Luso-Soviética, jornada internacionalista de luta, amizade e confraternização que decorre até à próxima segunda-feira.

A representação portuguesa é constituída por elementos do Departamento Juvenil da Associação de Amizade Portugal-URSS, da UJC e da UEC, da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto, da Associação Académica de Coimbra, da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia de Lisboa, do Departamento Juvenil da Intersindical, do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), da Juventude Socialista, da Juventude do MDP/CDE e por uma delegação de jovens artistas.

O Festival contribuirá para reforçar a cooperação e alargar os contactos entre os jovens dos dois países, a favor da luta contra o imperialismo, a favor da paz mundial - sublinhou o vice-presidente da Associação de Amizade Portugal-URSS, durante a cerimónia inaugural da jornada, onde esteve também presente o primeiro-secretário da Comissão da Liga da Juventude Comunista do Azerbaijão, camarada Vagif Guseinov, o qual salientou a realização deste festival, como iniciativa para o reforço da solidariedade entre as massas juvenis da União Soviética e de Portugal.

Durante a sua estadia em Baku, a delegação portuguesa visita várias empresas, fábricas e cooperativas agrícolas, estando programados entre outros, contactos com trabalhadores das plataformas petrolíferas situadas ao largo da costa, e com camponeses.

DELEGAÇÃO PORTUGUESA NA V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

A delegação portuguesa que assistiu aos trabalhos da V Conferência Internacional dos Trabalhadores do Comércio, jornada que decorreu em Sófia, capital da República Popular da Bulgária, afirmou serem urgentes modificações que coloquem o sector do comércio ao serviço dos interesses do Povo, retirando-o da esfera dos simples jogos de oferta e procura, cujos resultados revertem sempre a favor do capitalista.

SINDICALISTAS JUGOSLAVOS VISITAM O NOSSO PAÍS

O reforço da cooperação e das relações de amizade entre os trabalhadores da República Socialista da Jugoslávia e de Portugal, constituem o objectivo fundamental da primeira visita oficial de uma delegação da Confederação dos Sindicatos Jugoslavos ao nosso País.

Tal como afirmou um elemento do Departamento de Relações Exteriores da Intersindical Nacional - Central Única dos Trabalhadores Portugueses - a visita dos representantes da Confederação Sindical Jugoslava insere-se na perspectiva de cooperação e amizade com os movimentos sindicais de todo o mundo.

REPRESENTANTES PORTUGUESES NUMA REUNIÃO EM MOSCOVO SOBRE SINDICALISMO E TV

Uma delegação portuguesa participou em Moscovo na Conferência Mundial dos Trabalhadores de Televisão, que decorreu de 11 a 17 deste mês.

Constituída por Jaime Menor Campos, presidente da direcção do Sindicato dos

Trabalhadores das Telecomunicações e por Rogério Paulo, presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, a delegação portuguesa apresentou relatos sobre «A situação social dos trabalhadores da única estação de televisão em Portugal» e «A Televisão e a Cultura Portuguesa».

Troca de experiências no domínio das condições de trabalho e das legislações sociais e as grandes reivindicações sindicais neste domínio - condições de remuneração, de higiene, de segurança no trabalho, comparação das legislações e da prática social; os direitos sindicais e o acesso à profissão; a industrialização da produção das emissões; consequência das novas técnicas no exercício das profissões. A televisão e a cultura - a contribuição da televisão no desenvolvimento da cultura nacional; o papel da televisão nas relações culturais entre os povos.

Na sequência da sua intervenção, subordinada ao tema Aspectos da estrutura do comércio em Portugal, a delegação que representou em Sófia a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, salientou que neste sector « não se deram nacionalizações, ao contrário do que sucedeu na generalidade dos outros sectores económicos», pelo que « não são sensíveis, neste momento, as diferenças entre as estruturas do comércio no presente e no passado mais ou menos recente».

GREVE NO SECTOR GROSSISTA TÊXTIL

Uma manifestação popular de apoio aos 81 operários da cooperativa «Niltex» de Barcelos percorreu no fim da tarde do passado domingo as principais artérias daquela cidade, enquanto o ex-patrão da empresa, acompanhado de um conhecido bombista, permanecia barricado nas instalações da cooperativa.

A manifestação, convocada pelo Sindicato Têxtil de Braga (secção de Barcelos), condenou veementemente a atitude assumida pelo ex-patrão e surgiu na sequência das infrutíferas diligências efectuadas pelos trabalhadores junto da delegação do Ministério do Trabalho e do governador civil. O assalto do ex-patrão e do bombista, acompanhados por

Os trabalhadores podem ver-se na contingência de terem que suspender a greve. A actual situação, a manter-se, pode vir a tornar-se insustentável, caso as populações não esclarecidas se voltem decididamente contra os trabalhadores.

EX-PATRÃO E UM BOMBISTA ASSALTARAM UMA COOPERATIVA

Os trabalhadores do sector dos grossistas de têxteis e lanifícios, que decidiram entrar em greve no passado dia 12, mantêm-se nessa situação até que o patronato assinie o Contrato Colectivo de Trabalho.

Brevemente à venda A REVOLUÇÃO PORTUGUESA O PASSADO É O FUTURO ALVARO CUNHAL



Com a Democracia para o Socialismo



BALANÇO DE ONZE ANOS DE LUTA E PERSPECTIVAS DO TRABALHO FUTURO

— O VIII Congresso do PCP analisado pelo camarada Sérgio Vilarigues

Os onze anos que nos separam do VI Congresso Ordinário foram, sem dúvida, muito ricos na vida e na luta do nosso Partido, dos trabalhadores e do povo português em geral — começou por afirmar o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP ao manifestar ao «Avante!» a sua opinião sobre a importância do próximo Congresso.

Sallentando que nesta última década houve acontecimentos de enorme alcance político e social, tanto no âmbito nacional como internacional, o camarada Sérgio Vilarigues passou a referir-se a este último aspecto, destacando os sucessos alcançados pelos países socialistas, nomeadamente o desenvolvimento que se verifica tanto a nível económico como social nos referidos países sucessos que, sublinhou, exerceram influência e contribuíram extraordinariamente para o desenvolvimento da luta dos povos pela sua libertação em que, naturalmente, o nosso

ligadas. Os povos das ex-colónias e o povo português lutaram sempre, cada um no seu sector respectivo, digamos assim, contra um inimigo comum que era o fascismo e o colonialismo português. Sallentando depois a vitória do heróico povo vietnamita contra o imperialismo norte-americano, que se saldou pela reunificação recente da sua pátria, bem como o derrube da ditadura militar fascista na Grécia, o que levou aquele povo a conquistar algumas das liberdades fundamentais, o camarada Sérgio Vilarigues acrescentou: A luta pela distensão e pela cooperação e segurança na

NOVAS FORÇAS E FIRMEZA POLITICA

Analisando o trabalho de organização realizado neste últimos onze anos a todos os níveis — partidário e extrapartidário — no qual ocorreram milhares de lutas, com a participação de massas orlundas de todos os sectores da vida nacional, com predominância para as lutas da classe operária e das massas trabalhadoras em cuja orientação e organização o Partido Comunista Português desempenhou um papel predominante, o camarada Sérgio Vilarigues afirmou:

O árduo trabalho realizado e as lutas travadas criaram as condições para o 25 de Abril e o conseqüente derrube do governo fascista. A actividade do nosso Partido, dentro e fora do Governo, após o 25 de Abril, embora noutras condições, não foi menos árdua e conseqüente na vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras — diria mesmo, a sua contribuição foi decisiva para a liquidação do poder político e económico dos monopólios.

Contra as previsões e desejos das forças políticas reacçãoárias e dos grupelhos esquerdistas e seus aliados, assim como contra os desejos de alguns políticos orlundos dos meios democráticos, incluindo alguns socialistas, o nosso Partido chega ao seu VIII Congresso de boa saúde e vigoroso. Os escolhos e as violentas tempestades que enfrentou no período decorrido nos anos da ditadura fascista à frente da frota da classe operária não impediu que chegasse a bom porto. E os dois anos e meio que nos separam do 25 de Abril de 1974 enrijou-lhe os músculos e temperou-lhe a vontade de combater pelo triunfo da causa da classe operária, a democracia, o progresso, o socialismo e a paz.

O nosso Partido mostrou-se digno da confiança que nele depositaram os trabalhadores. Isto foi possível porque soube orientar-se — e é justo destacar isto — pela bússola do marxismo-leninismo e mater-se fiel aos princípios do internacionalismo proletário. Isto foi possível ainda porque, seguindo os princípios enunciados, foi capaz de manter-se unido como um só bloco, como uma só vontade. Este aspecto parece-me de primordial importância destacar porque

para o VIII Congresso e não as teses do VIII Congresso — terão de ser discutidas a par da realização de outras tarefas. Na base da sua própria experiência colectiva e pessoal, nenhum comunista, nenhuma organização deixará de fazer chegar a sua contribuição, por modesta que seja, para que as teses e outros materiais do Congresso venham a ser o fruto político do maior número possível de comunistas.

esses senhores se preocupam tanto com a vida do Partido ou com as suas pseudo-deficiências? Ao levantarem esses problemas, que apenas existem nos seus artigos, procuram especular e provocar a confusão no seio das massas trabalhadoras, para melhor as dividir. O Comité Central chegou

e importância política que assumiu na vida nacional. **MANIFESTAÇÃO DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO** Sallentando a presença de bastantes delegações de partidos irmãos e de outras organizações democráticas no Congresso, como convi-

«Estão criadas as condições para trazer ao Comité Central quadros mais jovens — uns ainda vindos do tempo da clandestinidade, mas outros forjados já nas novas condições de luta».

aos dias de hoje praticamente com o mesmo número saído da clandestinidade acrescido de algumas cooptações também saídas da clandestinidade, quer dizer, camaradas provados durante a longa noite fascista. Creio que isso foi um bem para o Partido, que conseguiu atravessar os anos da clandestinidade unido e que a seguir, na complexidade da luta após o 25 de Abril, esse Comité Central se manteve unido, trabalhando sempre de maneira colectiva. Isto não é casual, resulta da fidelidade, como aliás já acentuei, aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Hoje estão criadas outras condições. O Partido cresceu bastante e naturalmente que na presente situação exige um Comité Central mais largo e exige-o porque estão criadas também as condições para

dados, o camarada Sérgio Vilarigues declarou:

Essa presença dará a ideia exacta do prestígio que o Partido Comunista Português goza a nível internacional. Estou certo que o Congresso, além das suas características nacionais, na medida em que vai discutir problemas da nação e indicar as soluções para os resolver, será ao mesmo tempo uma grande manifestação de internacionalismo proletário.

Acrescentou ainda que estarão presentes delegações dos partidos dos países socialistas, de partidos irmãos da Europa, Ásia e América Latina, bem como dos Movimentos de Libertação, nomeadamente do MPLA, Fretilim, PAIGC e outros. Ao finalizar a sua entrevista ao «Avante!» o camarada Sérgio

«Estou certo que o Congresso, além das suas características nacionais (...) será ao mesmo tempo uma grande manifestação de internacionalismo proletário».

Vilarigues resumiu a importância que assume a próxima realização do Congresso, porque se orienta pela defesa dos interesses da classe operária, de todos os trabalhadores e do país, e no momento que atravessamos esses interesses estão consubstanciados na mobilização dos trabalhadores, da classe operária e de todas as forças progressistas pela defesa de todas as conquistas da Revolução, ou seja as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e as liberdades democráticas.

«Os acontecimentos decorridos nestes últimos onze anos foram sem dúvida alguma favoráveis às forças do progresso, da paz, e do socialismo».

Partido também beneficiou, assim como o nosso povo.

Recordando que o mesmo se passou com os povos da Guiné, Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe que depois de uma luta prolongada, em que gozaram sempre da solidariedade do nosso Partido e de todas as forças progressistas portuguesas contra o colonialismo e contra o imperialismo, conquistaram a sua independência nacional, o camarada Sérgio Vilarigues prosseguiu:

«É conhecido que esta longa luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné teve uma influência enorme no desenvolvimento da luta do nosso povo pelo derrubamento da ditadura fascista, na conquista das liberdades democráticas e, naturalmente, nas transformações que se verificaram a seguir, pois estas lutas estiveram sempre

Europa e a paz no Mundo marcou passos importantes, sendo de salientar a realização da Conferência de Helsínquia, com os resultados e os acordos de todos conhecidos.

Frisando que isto não pode estar desligado, antes se insere, na luta do povo português pela democracia e pela liberdade, e sem esquecer que no Chile as forças fascistas internas, comandadas e financiadas pelo imperialismo norte-americano, liquidaram as liberdades democráticas e implantaram um regime de terror e de morte, concluiu, à gusla de balanço:

Vistos, porém, no seu conjunto, os acontecimentos decorridos nestes últimos onze anos foram, sem dúvida alguma favoráveis às forças do progresso, da paz e do socialismo.



«Não devemos estar preocupados quando os inimigos da democracia dizem mal dos comunistas. Isso significa que as coisas não vão mal entre nós»

novas lutas, novas dificuldades e novas tempestades nos esperam para levarmos adiante a nossa defesa das conquistas da Revolução e avançarmos rumo ao Socialismo.

Das teses e dos materiais do Congresso ressaltam todo este passado, toda esta experiência e, naturalmente, a discussão que se está a processar dentro do Partido irá enriquecê-las, porque a experiência de muitos é sempre mais rica do que

Na sua apresentação actual elas são já o fruto do trabalho, da luta e da experiência de muitos. É necessário, pois, que a contribuição final seja uma contribuição de muitos mais para que sejam melhoradas as teses, para que a linha e a orientação política do nosso Partido sejam mais correctas na actual situação que vivemos.

Enquadrando a realização do VIII Congresso num momento em que se efectua

ALARGAR O COMITÉ CENTRAL

As especulações e em alguns casos as atoardas que certa imprensa tem publicado sobre, o alargamento do Comité Central, assunto aliás enunciado nas teses para o Congresso, foi outro dos pontos abordados com o camarada Sérgio Vilarigues, que afirmou:

Não devemos estar preocupados quando os inimigos da democracia dizem mal dos comunistas. Isso significa que as coisas não vão mal entre nós.

É verdade que aparentemente eles preocupam-se muito e é caso para dizer: porquê tantas preocupações sobre a pseudo-velhice do Comité Central? Porquê tantas preocupações sobre o pequeno número dos membros do Comité Central actual?

A tomá-los a sério era caso para perguntar: por que razão

«A experiência de muitos é sempre mais rica do que a experiência de poucos, mesmo que estes poucos sejam, efectivamente, dirigentes capazes».

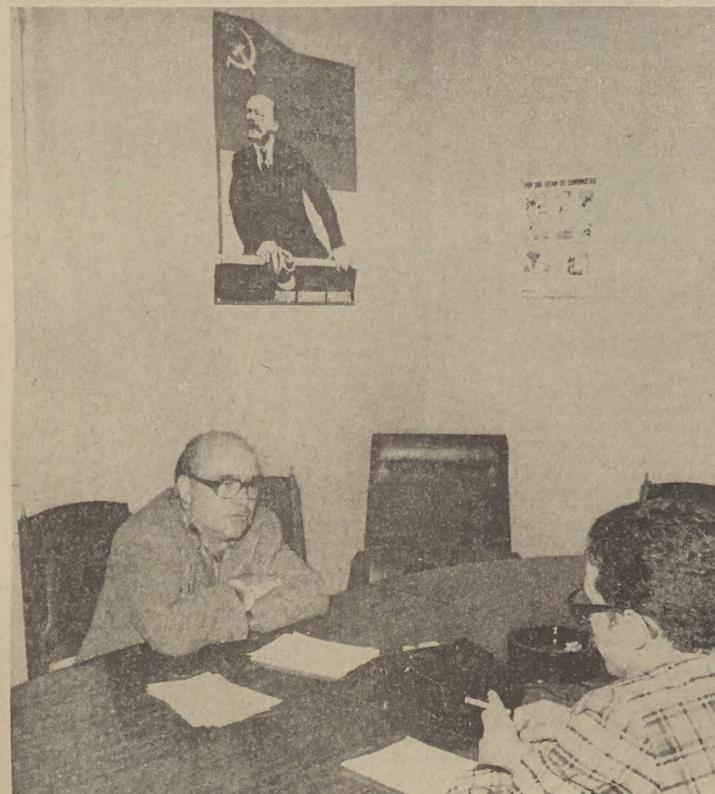
a experiência de poucos, mesmo que estes poucos sejam, efectivamente, dirigentes capazes. Foi portanto esta fidelidade aos princípios e aos interesses da classe operária, do povo e do país — continuou o camarada Sérgio Vilarigues — e a sua unidade interna que lhe deu novas e poderosas forças e firmeza política para jogar o papel importante de todos conhecido nas transformações que se operaram no nosso país depois do 25 de Abril, assim como na condução natural da luta pela defesa das conquistas da Revolução. Referindo-se em seguida

e se desenvolve paralelamente uma grande actividade de massas na defesa das conquistas da Revolução e pelo desmantelamento das forças reacçãoárias conspirativas e da rede terrorista, ao mesmo tempo que no terreno sindical se alarga a batalha pela defesa da unidade dos trabalhadores e no terreno das eleições para as autarquias locais a Frente Eleitoral Povo Unido ganha dia-a-dia amplitude a nível nacional, o camarada Sérgio Vilarigues foi de opinião que o VIII Congresso corresponderá à expectativa e às perspectivas que se

«Nenhum comunista, nenhuma organização deixará de fazer chegar a sua contribuição, por modesta que seja, para que as teses e outros materiais do Congresso venham a ser o fruto político do maior número possível de comunistas».

às teses o camarada Vilarigues declarou: As teses para o VIII Congresso — e digo as teses

fazem sentir, por parte dos militantes. Referindo-se a uma reunião de uma organização



«O nosso Partido mostrou-se digno da confiança que nele depositaram os trabalhadores.»



Tendo como objectivos fundamentais a apresentação e discussão das Teses, assim como a eleição de delegados ao VIII Congresso do PCP, decorreu no passado sábado na Escola Primária da Amadora uma reunião promovida pela UJC daquela zona e da linha de Sintra, onde estiveram presentes com militantes.

Com a Democracia para o Socialismo



A Reforma Agrária é uma das conquistas essenciais da Revolução, abrindo na agricultura o caminho para o socialismo — Teses para o VIII Congresso — 2.6.6.

As lutas do proletariado rural não nasceram com o Partido Comunista Português. A revolta dos camponeses explodiu, em diversos momentos históricos do país, muito antes de surgir o nosso Partido. A necessidade da Reforma Agrária, profundamente sentida pelas massas trabalhadoras do campo, manifesta-se já, em 1919, em Vale de Santiago,

Em 1926, com o golpe de Estado fascista, a luta do PCP é forçada à clandestinidade. Mas, e fundamentalmente após 1929, data em que é reestruturado, o Partido afirma-se como a única força capaz de interpretar as aspirações das massas trabalhadoras do campo, de unir as camadas de explorados e de canalizar a sua revolta no sentido de

(proprietários, rendeiros e parceleros)... O elevado grau de concentração da propriedade rústica torna possível que uma tal medida atinja apenas mil a três mil grandes proprietários e beneficie mais de um milhão de proletários e camponeses» (idem).

A Reforma Agrária defendida pelo Partido, tornada sob a sua direcção um impulso fundamental na luta contra o fascismo, uma etapa fundamental na conquista de uma revolução democrática e nacional, enraiza-se nas profundas aspirações das massas populares, têm em conta a especificidade das diferentes classes de trabalhadores dos campos. E assim, no VI Congresso, o camarada Álvaro Cunhal insiste no que sempre foi a orientação do PCP:

A reivindicação «a terra a quem a trabalha» tem um significado diferente para o proletário rural do Sul e para o do Norte... O nosso Partido admite uma grande diversidade de soluções... Uma solução justa só pode ser encontrada se se tiver em conta a vontade das massas camponesas. Os que trabalham a terra em última instância é que devem decidir.

A luta por esta Reforma Agrária foi, desde sempre, a luta contra o regime fascista, governo dos monopólios e dos latifundiários. Nos primeiros anos em que o Partido se fortaleceu na condução dos movimentos reivindicativos das massas trabalhadoras dos campos, os operários rurais viam como inimigo, na praça das jornas, nos ranchos e nas herdades, o capataz, que lhes media a força dos braços antes de os engajar, que lhes

avaliava o ritmo de trabalho. Depois, mercê da própria prática de luta, o proletariado rural via já o capataz apenas como um laço do agrário, um dos menores elos na cadeia da exploração. Com o esclarecimento, a mobilização e a organização que, apesar do clima repressivo, o Partido impunha, enraizando-se nas massas o proletariado rural no seu conjunto, mas muito particularmente a Sul, assimila a sua própria experiência: o inimigo é o governo fascista, é o governo dos monopólios e dos latifundiários; sem a queda deste inimigo, jamais a fome de trabalho e de terra pode ser mitigada; sem o derrube deste inimigo, jamais as aldeias deixarão de ser abandonadas, os homens sem terra, a terra sem homens.

Sem banirmos este inimigo, não teremos Pão, Trabalho e Liberdade. Mas para o derrubarmos, as pequenas e grandes lutas organizadas, a nossa unidade são tão necessárias como o pão para a boca.

Transformar esta progressiva consciencialização numa acção cada vez mais política, numa forma cada vez mais avançada de luta contra o fascismo, orientar a energia e combatividade dos proletários rurais para batalhas que minavam o poder dos latifundiários e, portanto do seu governo, foi uma tarefa só possível de realizar por um Partido experiente, forjado na luta, na qual militaram e militam os melhores filhos do povo português, aqueles que fizeram da causa do povo a causa da sua vida e não raro a causa da sua morte às mãos dos facinorosos da PIDE-DGS e de outras forças repressivas.

A maior conquista da revolução

O derrubamento da ditadura fascista que, tal como expressam as teses ao VIII Congresso do PCP, cabe ao heróico movimento dos capitães, imediatamente acompanhados pelo movimento popular, forçando-se desde logo, a aliança Povo-MFA, abriu as perspectivas para a realização da Reforma Agrária.

Mas esta não seria possível, tão rapidamente e com as características que apresenta, sem o enraizamento do Partido entre o proletariado rural, a classe mais numerosa dos campos (85% do total da população activa agrícola) tomada a mais revolucionária durante meio século de lutas conduzidas pelo PCP.

Ao derrubamento do fascismo, responderam os capitalistas e latifundiários sabotando a economia, provocando o desemprego, minando e conspirando. Ao derrubamento do regime fascista, responderam os trabalhadores com a vigilância popular, com o desenvolvimento da aliança Povo-MFA, com um esforço enorme de organização, com um estímulo extraordinário pelo aumento da produção. No campo formam-se os Sindicatos Agrícolas e Ligas, conquistam-se as primeiras convenções de Trabalho, avança-se, sob a orientação sindical, para as terras que os agrários queriam sem trabalhadores. Num segundo momento, após a conspiração abortada da direita reaccionária a 28 de Setembro, os trabalhadores, numa resposta à sabotagem desenhada dos latifundiários, ocupam as terras abandonadas,

e exportação clandestina de gados, a paralisação das actividades agrícolas (Teses ao VIII Congresso).

Com este movimento dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos realiza-se uma das maiores conquistas — não a maior — da Revolução Portuguesa. O proletariado rural englobou neste grandioso movimento popular pequenos e médios agricultores, atraindo-os à Reforma Agrária e fazendo-os sentir os seus efeitos. Mas, neste aspecto, e apesar das advertências do nosso Partido procurando fazer participar o mais possível os pequenos e médios agricultores, muito ficou por fazer. No entanto, a propriedade dos pequenos agricultores foi escrupulosamente respeitada, tal como sempre apontara o nosso Partido. Mas não basta. É preciso que, o campesinato pobre esteja, também ele, comprometido e empenhado na Reforma Agrária, ganhando-o para as Cooperativas e Unidades Colectivas mas jamais lhe impondo a contragosto uma opção.

Durante semanas e semanas sem salário, os trabalhadores rurais enfrentaram as violências, os atentados terroristas dos agrários. Trabalhando de dia, vigiando as searas de noite, eles foram, no dia-a-dia, realizando a Reforma Agrária, fortalecendo-as. Com eles estavam as forças progressivas civis e militares. Com eles, numa exposição de solidariedade que não cessou de crescer, estavam e estão

Reforma Agrária os homens e mulheres não ficam já sem trabalho e a terra sem homens. A área cultivada aumentou. Construíram-se albufeiras. Adquiriram-se mais máquinas e gados. Aumentou-se a produção agrícola, em particular a dos cereais que atingiu níveis superiores aos dos últimos dez anos. Graças à produção do trigo, o país poupará divisas que poderão ser canalizadas para indispensáveis investimentos internos.

Os trabalhadores rurais semeiam nas terras expropriadas não somente as colheitas sazonais ou de cada ano. Semeiam também o levantamento do sector agrícola, a recuperação para o povo da economia nacional que as forças reaccionárias querem recuperar para o capitalismo.

Este esforço revolucionário é de tal monta que a Reforma Agrária conduzida pelos trabalhadores do Sul foi realizada com acréscimo de produção, o que constitui uma singularidade jamais ocorrida em processos semelhantes.

Como se diz nas Teses ao VIII Congresso, a Reforma Agrária é uma grandiosa realização que transformou radicalmente as estruturas agrárias, as relações de produção e a situação política e social em toda a região abrangida.

Mas o nosso Partido jamais esqueceu que, a revolução não trouxe ainda a resposta às legítimas aspirações do campesinato pobre, apesar de terem sido aprovadas três leis, Arrendamento Rural, Abolição dos Foros e Devolução dos

Baldios, que foram objectivos de luta durante o fascismo que o PCP apoiou intensamente com a mesma determinação de hoje. As estruturas agrárias da região do minifúndio exigem também medidas de fundo. Apesar das dificuldades de trabalho em zonas ainda dominadas por caciques locais e onde impera o mais feroz anticomunismo, formaram-se em distritos do Norte 12 cooperativas de produção de pequenos agricultores e algumas comerciais e no Barlavento algarvio, diversos camponeses pobres associaram-se também em cooperativas mistas. Os camponeses começam a descobrir nas zonas não abrangidas pela Reforma Agrária que a luta pela melhoria das condições de vida passa pela sua unidade. Resultado e simultaneamente consequência da progressiva consciencialização política do campesinato, são os movimentos de pequenos e médios agricultores que se desenvolvem a Norte e a Centro do país: o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN), Movimento dos Utentes dos Baldios (MUB), Movimento da Extinção dos Foros (MEF), Movimento dos Agricultores por uma Melhor Previdência Rural (MAPRU) e Associação dos Agricultores Rendeiros do Barlavento Algarvio. A solidariedade dos trabalhadores rurais das UCPs à movimentação dos pequenos e médios agricultores tem sido, e deve sê-lo ainda mais, um factor no alargamento da base social de apoio à Reforma Agrária e portanto ao processo revolucionário.

A Reforma Agrária, frente contra a recuperação capitalista

Quem quer que pense roubar as terras aos trabalhadores das UCPs e das Cooperativas das terras tão arduamente conquistadas mete-se «numa boa alhada» dizia recentemente, com o apoio dos demais uma trabalhadora de uma UCP: «Nós sobrevivemos à fome a que nos condenou o fascismo, aprendemos muito e mais ainda desde que começamos com a Reforma Agrária. Sentimos as terras que ganhamos com o nosso esforço como sentimos os nossos filhos. Venham cá tirá-las ou dificultar-lhes a vida, que a gente lhes diz».

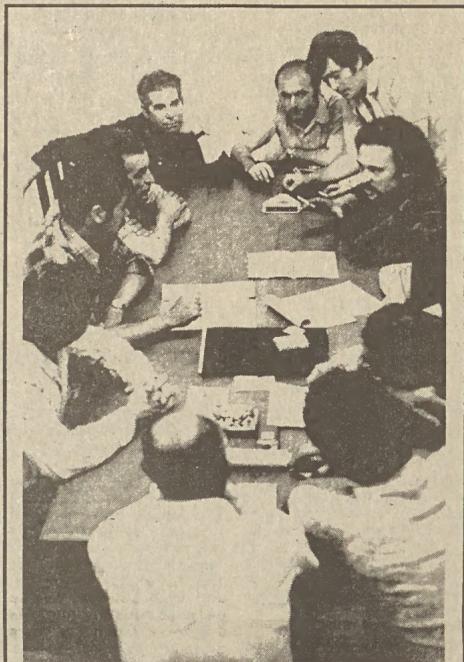
Estas palavras valem como um alerta e um aviso. A reacção pugna pela recuperação capitalista, fala mesmo em levar à Assembleia da República uma proposta para restringir a área a partir da qual as terras são expropriadas aos agrários e aumentar a área de reserva e ainda no sentido de não continuar o processo das expropriações.

Os trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas não admittirão a recuperação capitalista. Pelo contrário, um dos estímulos que têm levado ao reforço da sua organização e à correcção de uma certa debilidade da aliança com o campesinato, é a necessidade de enfrentar as manobras da recuperação capitalista e de consolidar a Reforma Agrária. Nesse sentido, o exigem energeticamente: O prosseguimento das expropriações; o condicionamento do direito de reserva à viabilidade das UCPs; a obrigatoriedade dos agrários com reservas cultivarem as terras sob pena de ficarem sem elas; o estabelecimento da área máxima das explorações privadas, com rigoroso respeito pela propriedade dos pequenos e médios agricultores, o arrendamento compulsivo das terras abandonadas. Apoio técnico e créditos às UCPs e cooperativas. Os trabalhadores das UCPs reconhecem-se como uma poderosa força revolucionária mas sabem que o processo

revolucionário terá de avançar com a mobilização e participação dos pequenos e médios agricultores cujas reivindicações fazem, também suas, compartilhando-as em muitos aspectos.

Cumprimento integral das Leis de Arrendamento Rural, de Extinção dos Foros e de Restituição dos Baldios, abolição da Colonia na Madeira, Concessão de crédito, alargamento das isenções fiscais, garantia de preços e de escoamento de produtos agrícolas, combatendo a especulação e encurtando os circuitos comerciais minados por uma cadeia de parasitismo e especulação, apoio aos pequenos e médios comerciantes, racionalização do comércio externo diversificando os mercados, reduzindo as importações supérfluas, investindo mais na agricultura e despojando menos o país de divisas: Estas são reivindicações comuns a trabalhadores das UCPs e das Cooperativas Agrícolas e aos Pequenos e Médios Agricultores.

A política agrária só poderá ser esta: a que interpreta as necessidades das massas trabalhadoras do campo, a que consolidará a Reforma Agrária, a que abrirá ao povo português um futuro melhor. O Partido Comunista Português defenderá, sem limites, a prossecução desta política, lutando por ela, organizando e mobilizando as massas. A batalha não será fácil. O capitalismo, a reacção estão abaladas fortemente nos seus alicerces, mas não estão feridos de morte. Mas as potencialidades da energia e da combatividade das massas populares são extraordinárias e têm um campo de privilégio na região da Reforma Agrária. O VIII Congresso do PCP irá abrir vias para a organização mais profunda destas potencialidades, para a salvaguarda da democracia, pela defesa da independência nacional, para o prosseguimento da via socialista, objectivos cuja concretização estão indissoluvelmente ligados à vitória da Reforma Agrária.



Discutamos as Teses preparemos o Congresso

concelho de Odemira, em que num movimento espontâneo e desesperado, operários rurais e camponeses pobres avançam para as terras dos agrários e as dividem entre si. O resultado foi a feroz repressão do governo burguês republicano, prisões e deportações.

A luta do proletariado rural, a revolta dos camponeses, a sua fome de trabalho e de terra, só encontraram uma expressão organizada com a acção do Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária do povo trabalhador. Sob a direcção do PCP, a questão agrária constituiu uma das frentes de luta contra o fascismo, uma das batalhas decisivas pela revolução democrática e nacional, sendo por isso mesmo uma das conquistas fundamentais do processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril.

Quando em 1965, no Relatório da Actividade do CC ao VI Congresso, o camarada Álvaro Cunhal assinala que em resultado da luta do Partido, a Reforma Agrária torna-se uma reivindicação central das massas proletárias e camponesas, resume, nesta frase, 44 anos de luta, dos quais 39 nas duras condições de clandestinidade. Já no Congresso constitutivo do Partido, em 1921, a questão agrária ocupa lugar de destaque nas discussões, salientando-se que na sua resolução teria de ser tido em conta que não existia somente o Alentejo mas também o Norte e o Sul que compreendiam 4/5 da população.

Que Reforma Agrária?

Qual é a Reforma Agrária defendida pelo Partido, desde sempre inscrita no seu Programa? É a única capaz de tirar os assalariados da miséria e do desemprego e os camponeses pobres da ruína. É indispensável para impulsionar o progresso da agricultura e o progresso geral da economia portuguesa (Relatório da

um combate organizado contra o fascismo e pela Revolução democrática e nacional.

O VI Congresso constituiu um balanço desta luta nos campos, particularmente acessa a partir dos anos 60, com concentrações, greves, movimentos reivindicativos por trabalho e aumento de jorna, pelo estabelecimento das 8 horas de trabalho, que virão a ser alcançadas em 1962, depois de grandiosas movimentações de mais de 200 mil assalariados.

O balanço do VI Congresso, apontando as debilidades do trabalho do Partido entre os camponeses, dá, no entanto, exemplos de como mesmo nas condições mais adversas, os nossos camaradas estavam na orientação das lutas dos foreiros, das lutas pela recuperação dos baldios, das lutas dos viticultores contra a taxa sobre o litro de vinho, da luta contra os impostos. Neste processo o VI Congresso do PCP marca uma etapa, escrita durante anos com o sangue dos camaradas mortos na batalha pela Reforma Agrária, com a dor das famílias cujos homens e mulheres sofriram nas prisões fascistas. Concedendo recuos, experimentando táticas em função das zonas e da correlação de forças, somando vitórias, a Reforma Agrária era em 1965 não apenas um aspecto fundamental do Programa do Partido já compartilhado pelos trabalhadores mais conscientes mas uma exigência assimilada por vastas massas em virtude do constante trabalho do PCP.

Actividade do CC ao VI Congresso do PCP apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal). A sua primeira e fundamental medida «é a expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas e a entrega da terra a quem a trabalha: os assalariados e os camponeses pobres

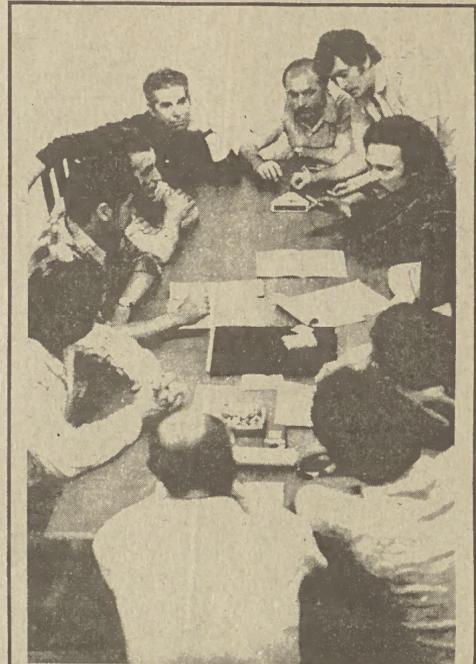
Luta contra o fascismo

O salto qualitativo que, na consciência do proletariado rural, assimilou a luta por melhores jornas como uma luta pela Reforma Agrária e esta como uma luta pelo derrubamento do regime fascista, impôs ao Partido um trabalho insano de organização. Desde os anos 40, que sob a orientação do PCP, se constituíram as «Comissões de Praça» (Comissão de Unidade de Camponeses Assalariados) que, em momentos mais avançados da luta, chegaram a ser representadas por «Comissões Regionais de Unidade» para coordenar as lutas dos assalariados nas praças dessa área, Comissões de Unidade Camponesa, Comissões Locais, Comissões de Herdade, Comissões de Rancho. Esta uma experiência de organização na qual sob a orientação do PCP, o proletariado rural se forjou como uma força combativa das mais importantes. E desde 1965 às vésperas da queda do fascismo assistimos nos campos do país, nomeadamente a Sul e em várias regiões do Centro, no Alentejo e no Algarve, as movimentações magníficas que são o resultado desta experiência acumulada de organização do nosso Partido (recoremos as extraordinárias movimentações de milhares de assalariados rurais de Outubro de 1973 a Abril de 1974) e o reflexo de como o PCP tinha profundas raízes entre o proletariado rural da qual foi e é a força condutora e organizadora.

Entre as zonas de minifúndio, regiões de maior domínio dos pequenos e médios agricultores, as dificuldades que ainda hoje encontramos, revelam as fraquezas da organização do Partido entre a pequena lavoura nos anos de luta clandestina. Tais debilidades explicam-se em grande parte, pela própria personalidade dos pequenos e médios agricultores que, mesmo quando se semiproletarizavam, progressivamente arruinados pela política de protecção dos grandes agrários, continuam a aspirar tornar-se também

grandes proprietários, gastando, em sonhos vãos, energias que deveriam ser aplicadas na luta contra o inimigo que os reduzia e à sua família à miséria. Mas apesar das dificuldades da organização do Partido entre estas camadas de trabalhadores, também eles profundamente flagelados pelo fascismo, (em 1950 existiam 241 661 patrões agrícolas e em 1970, o seu número era de 73 155 — menos 1/3, o que revela o grau de concentração da propriedade e a ruína constante da pequena e parte da média lavouras), as suas lutas tiveram sempre o apoio do nosso Partido, cuja imprensa foi desde o Avante! ao Camponês (órgão clandestino dos assalariados do Sul), a Folha da Pequena Lavoura (jornal clandestino «ao serviço da Unidade dos Camponeses do Oeste Ribatejo»), a Terra (órgão de Unidade dos Camponeses de Norte e Centro de Portugal) um porta-voz das suas aspirações esclarecendo, orientando, organizando. Estas lutas cresceram, extraordinariamente, depois de 1965, data do VI Congresso em que se insiste particularmente na organização do sector do campesinato.

Até 1974, o reforço da mobilização do campesinato é visível, por exemplo, nas lutas do povo de Talhadas ao qual o fascismo é obrigado a entregar (teoricamente) os baldios, nas importantes lutas dos rendeiros da Quarteira, na continuidade da luta dos foros de Almada, na resistência dos pequenos proprietários de Ribadouro contra o roubo das terras que o fascismo projectava, nos combates contra os impostos e taxas (nomeadamente as lutas dos viticultores e a sua resistência ao arranque de vinhas na Beira Baixa e na Beira Litoral), nas exposições, abaixo-assinados e concentrações frente aos Grémios da Lavoura, nas lutas contra os aumentos das quotas para as Casas do Povo. Lutas, muitas das quais morreriam à nascença se, na sua origem e condução, não se encontrasse o nosso Partido.



Discutamos as Teses preparemos o Congresso

desbravaram-nas, cultivam-nas. A sua luta é contra o desemprego e pelo aumento da produção agrícola. A sua luta é contra a sabotagem económica, o abandono das culturas, os abates

os operários da indústria e outros trabalhadores. E dirigindo a magnífica concretização da Reforma Agrária estava o seu Partido — o Partido Comunista Português.

Mais trabalho, maior produção

A luta revolucionária dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, foi reconhecida pela Lei das Expropriações, pela Constituição e pelo poder de Estado em virtude da determinação do nosso Partido em defendê-la e impô-la

dentro e fora do Governo. Hoje a Reforma Agrária abrange 1 milhão e 100 mil hectares (cerca de um sexto da superfície agrícola) onde estão organizadas cerca de 400 Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção. Na zona de intervenção da

Com a Democracia para o Socialismo

Os trabalhadores estão vitalmente interessados na consolidação do seu grande movimento sindical unitário, cuja existência e acção correspondem aos seus interesses e objectivos de classe — Teses para o VIII Congresso — 6.2.1

O movimento sindical ocupa lugar destacado nas Teses para o VIII Congresso do PCP. Em todas as conquistas populares perpassa a sua força, a sua actividade organizada. A unidade, a independência e a liberdade das associações sindicais a todos os níveis — vitórias duramente alcançadas na luta contra o fascismo — são defendidas pelo PCP com o mesmo vigor de sempre, numa altura em que o reformismo e o social-democrata e as outras forças de recuperação capitalista, esquerdistas incluídos, unem esforços contra a Central Única, a Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses — com o apoio declarado da direcção do PS e de alguns dirigentes sindicais afectos a esse partido, reunidos precariamente no grupo da «Carta Aberta».

A unidade do movimento sindical, para sua salvaguarda, não enfrenta apenas o inimigo comum dos trabalhadores. Tem de bater-se contra um grupo activo de divisionistas, instalados em algumas direcções sindicais, que, identificados partidariamente sobretudo com o PS, tentam escancarar todas as portas ao «pluralismo» da direita no movimento sindical.

Em nome da unidade, cuja defesa proclamam abusivamente, esses elementos querem destruir a unidade. Eles próprios reconhecem que a direita «se infiltra» aproveitando a «Carta

Aberta». Mas é difícil acreditar por inteiro nessas «infiltrações». A direita não teria qualquer possibilidade de dividir o movimento sindical, se esses dirigentes sindicais não se aproveitassem, partidariamente, dos cargos que ocupam (alguns fortemente contestados) para fazerem objectivamente o jogo da direita. As forças da recuperação capitalista não precisam sequer de «infiltrar-se», pois confiam, ou têm todo o interesse em confiar, na actuação divisionista desses dirigentes sindicais.

E a realidade é esta: os trabalhadores enfrentam esse inimigo comum: as forças da recuperação capitalista. Diante da actuação de alguns sindicalistas, os trabalhadores têm de ver e vigiar, com cuidado e permanentemente, onde é que a direita se acota, de que forças se mascara e como se aproveita da confusão do palavreado reformista e do palavreado esquerdista.

Sem unidade, o movimento sindical não poderá preservar em todas as circunstâncias, a sua liberdade e a sua independência. É certo e sabido que, se o movimento sindical não conseguisse defender e reforçar a unidade, não tardaria muito a aparecer outra «central» que faria o jogo dos patrões em nome da «democracia», anulando na prática o uso do direito à greve e de outros direitos inalienáveis da classe operária e de outros trabalhadores.

multiplicação de lutas que nasceu a Intersindical Nacional. Reuniram-se as assembleias sindicais mais numerosas desde sempre realizadas no nosso País. Segundo números divulgados pelo camarada José Vitoriano, no seu trabalho intitulado «Experiências de Três Anos de Lutas Sindicais» (1973), assembleias para discutir projectos de novos contratos colectivos de trabalho e outras reivindicações, como a dos Bancários de Lisboa com 7000 participantes, dos Bancários do Porto com 6000, dos Metalúrgicos do Porto com 3000, dos Metalúrgicos de Aveiro com 1500, dos Calheiros de Lisboa com 2000, dos Vidreiros da Marinha Grande com 2000, dos Operários de Lanifícios da Covilhã com 2000, dos Motoristas de Lisboa, com 1000, dos Têxteis do Porto com 2000, dos Operários Químicos com 2000; assembleias para eleições de novas direcções como a dos Metalúrgicos de Lisboa com 4000 trabalhadores, dos Metalúrgicos do Porto com 3000, dos Calheiros de Lisboa (Secção de Balção) com 2000, dos Bancários de Lisboa com 4000, dos Bancários do Porto, etc., são alguns exemplos de grandes assembleias sindicais que mostram a amplitude do movimento. Tais assembleias sindicais seriam mesmo grandes assembleias em qualquer país onde exista liberdade sindical. Elas assumem um significado extraordinariamente maior num País onde tal liberdade não existe.

Estas vitórias foram o resultado de um trabalho

prolongado e profundo do PCP no campo sindical, trabalho esse que se iria aperfeiçoando e proporcionando novos triunfos na situação criada pelo regime fascista até 25 de Abril de 1974. Como referem as Teses para o VIII Congresso do PCP, o movimento operário conheceu um importante fluxo nos últimos tempos do fascismo. E dentro do movimento operário nunca é demais destacar o papel relevante do movimento sindical.

Acompanhado pela luta nas empresas o trabalho nos sindicatos foi crescendo de envergadura, ao mesmo tempo que se combatiam as concepções legalistas e os perigos do esquerdismo. O camarada José Vitoriano, no trabalho já citado, acrescenta: As reuniões intersindicais realizaram um esplêndido trabalho e foram um elemento dinamizador do crescimento e do entusiasmo que ganhou o movimento. Pela acção das intersindicais e dos sindicatos com direcções honestas, novas camadas da população trabalhadora vieram à luta sindical, foram ganhas para esta importante frente de batalha da classe operária e de muitos outros trabalhadores. As posições corajosas que tomaram os participantes nas reuniões intersindicais e outros dirigentes sindicais contra as arbitrariedades do Governo, contra a repressão sob todas as formas, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e pela liberdade sindical, e que se inserem na dinâmica do movimento e na sua base de massas, constituem uma acção altamente positiva e são grandes exemplos de combatividade.

criadas nos locais de trabalho e que tiveram papel decisivo nas lutas nas empresas. A associação da luta nas empresas com a luta nos sindicatos é da maior importância — escrevia o camarada Álvaro Cunhal no Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP (1965). Contra as afirmações e previsões de alguns sectários, os trabalhadores utilizam de forma crescente os sindicatos fascistas. As lutas nos sindicatos fascistas têm a caracterizá-las o facto de serem travadas fora da orgânica corporativa e contra ela, em oposição corajosa aos dirigentes sindicais fascistas.

Também a luta do proletariado rural, sobretudo no Sul, enfileira — embora noutros moldes; pois aí não havia sindicatos — no movimento popular organizado contra o fascismo, alcançando vitórias duradouras, sob a direcção do PCP, vitórias que prepararam a Reforma Agrária e o aparecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, depois do 25 de Abril e que tanto têm contribuído para a defesa e consolidação dessa grande conquista de todo o Povo, que é a Reforma Agrária nos campos do Sul.

Com a conquista das liberdades, muitos milhares de

trabalhadores têm vindo a ingressar no movimento sindical, reforçando-o e contribuindo para melhorar a sua implantação e o seu trabalho entre as massas, integrado no movimento operário, democrático e popular. Estão nesse caso, além dos trabalhadores rurais, os trabalhadores da Função Pública e os pescadores, sectores onde o fascismo proibia a criação de sindicatos. O movimento sindical português trouxe ao derrubamento do fascismo a grande vitalidade de uma estrutura unitária e solidamente organizada, capaz de encabeçar, logo nos primeiros dias após o 25 de Abril, as reivindicações mais urgentes do mundo do trabalho, ao mesmo tempo que apoiava, mantendo a sua independência, as grandes realizações políticas do movimento popular de massas e a sua aliança com o MFA.

Independente do patronato, dos partidos e dos órgãos do Poder, o movimento sindical organizou o amplo debate sobre a Lei das Associações Sindicais, que, depois das grandiosas manifestações de massas de 14 de Janeiro de 1975, levou à aprovação da defesa legal da unidade — a unidade sindical — que consagrou a verdadeira liberdade e independência dos sindicatos.

Uma perspectiva liberalista em troca da unicidade

A unicidade, que era perfeitamente compatível com a manifestação e a defesa democrática de todas as tendências dentro do movimento sindical unitário, acabou por ser preterida na Constituição em proveito do direito de tendência que deixa os trabalhadores sem defesa legal perante o divisionismo lançado de fora e que presentemente se pode exprimir na criação de sindicatos paralelos ao serviço dos vários partidos, confissões religiosas e patronato, e na criação de mais do que uma central sindical. É certo que o movimento sindical tem meios para defender a unidade nas novas condições que lhe foram criadas, mas a ilegalização da defesa da unidade favoreceu as forças da recuperação capitalista que podem agora lançar mais facilmente o veneno divisionista nas associações sindicais.

O próximo Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade e pela Reestruturação da Intersindical Nacional dará, certamente, a resposta adequada àqueles que pretendem fazer da nova Lei Sindical uma arma contra os trabalhadores, designadamente contra a unidade, a independência e a liberdade das associações sindicais a todos os níveis da estrutura unitária. Do próximo Congresso sindical sairão certamente as normas democráticas gerais e as linhas de rumo que presidirão ao movimento sindical nos próximos anos.

Os inimigos da classe operária e dos demais trabalhadores sabem que, não podendo amordaçar por completo os sindicatos — meta que nem o fascismo alcançou — tentarão pelo menos domesticá-los como ainda há pouco afirmava, em Inglaterra, um dos dirigentes da CIP. Os que manobram para a recuperação capitalista sabem que, para atacar verdadeiramente a força de intervenção sindical, não dispõem de melhor arma que o divisionismo. E este, a começar nos sindicatos, depressa atingiria os locais de trabalho, depressa se manifestaria a todos os níveis do movimento, criando a desagregação propícia à paralisação da luta pelos interesses vitais dos trabalhadores e pela defesa das conquistas da revolução. Não se pode conceber que

conceber que, para defender uma linha partidária, se esqueça o dever de preservar

a capacidade sindical de intervir, com peso verdadeiro, na vida política do País.

Um perigo verdadeiro e a força para o afastar

E da consciência colectiva desse perigo têm derivado os desaires acumulados pelo grupo da «Carta Aberta». A desventura do divisionismo reformista é um facto. As últimas assembleias gerais em alguns dos «seus» sindicatos com maior número de filiados é a prova evidente de que os trabalhadores organizados continuam a saber onde se situa o seu inimigo principal e como devem combatê-lo.

Não é atacando a estrutura unitária do movimento sindical, não é tentando ignorar que a Central Única já existe, que se caminha no sentido de aumentar a força sindical organizada a cuja reestruturação passa pelo Congresso de Todos os Sindicatos filiados ou não filiados na Intersindical.

O grupo divisionista é pequeno e está isolado. Os trabalhadores sindicalizados não o apoiam. A grande massa dos grandes sindicatos operários e de serviços está com a Intersindical para, dentro dela, a reestruturarem, a quem mais apta a responder às necessidades presentes, contrariando decididamente todo o sectarismo e todas as tendências burocráticas que se possam ter manifestado dentro dela.

Mas o reformismo, o basismo e outros oportunismos condenados à derrota não estão

interessados no reforço da organização e da unidade do movimento sindical. Pretendem é dividi-lo. Por isso, o PCP aponta, nas Teses para o VIII Congresso, que uma tarefa primordial da classe operária é lutar, é defender a unidade do movimento sindical, escorrendo as soluções apropriadas nas condições criadas pela Constituição, a fim de que a grande e poderosa Central Sindical Unitária, edificada com anos e anos de luta e sacrifícios, continue sendo a defensora firme e intransigente dos interesses dos trabalhadores.

Tarefa primordial, do seu êxito dependerá em grande escala a garantia da independência e liberdade dos sindicatos e do movimento sindical sem ingerência do Governo e das autoridades.

Tarefa primordial, do seu êxito, dependerá a cessação do uso do poder do Estado para conduzir manobras divisionistas e desagregadoras do movimento sindical.

Tarefa primordial, dela dependerá a unidade sindical na Central Sindical Única, a Intersindical, pela confirmação democrática expressa no Congresso dos Sindicatos, de acordo com os termos da Constituição.

As grandes conquistas da revolução defendem-se com a unidade do movimento sindical

Enganar-se-ão perigosamente todos quantos pretendam ver nessa recuperação e nessa «democracia» a garantia de emprego, a baixa do custo de vida, salários mais altos, melhores condições de vida para as massas trabalhadoras. Enganam-se, ou deixam-se enganar, todos quantos permitirem que as grandes conquistas populares (liberdades, Reforma Agrária, nacionalizações, controlo operário), sejam atacadas, ou venham a ser atacadas, pela implantação da direita no movimento sindical.

A unidade do movimento sindical, aspecto fundamental da unidade da classe operária, constitui a melhor garantia da defesa eficaz dos interesses dos trabalhadores — reafirmam as Teses para o VIII Congresso do PCP. É essa garantia e essa defesa eficaz que foram provadas ao longo dos anos de uma luta tenaz contra o fascismo, dentro e fora dos «sindicatos» fascistas, e hoje resistem às deturpações caluniosas e ao véu de silêncio que dirigentes políticos e sindicais divisionistas pretendem lançar sobre o preço histórico da unidade, sobre os grandes sacrifícios que custou aquilo que eles põem directamente em causa.

Esse período não será esquecido porque a memória da classe operária é ela também um factor vivo e actante na marcha para o futuro, sem passos perigosos à retaguarda, antes evitando-os com a experiência das lutas desenvolvidas sob a organização, mobilização

e direcção permanente do PCP.

Com a mesma legitimidade com que os trabalhadores se reconhecem na história que fizeram lutando contra o fascismo, assim o Partido Comunista Português relembra nas suas Teses para o VIII Congresso, em termos bem claros, o que foi o movimento operário nos últimos tempos do fascismo e nomeadamente a actividade antifascista nos sindicatos.

Através de uma luta enérgica, de muitos anos, os trabalhadores conseguiram formar, na base da actividade nos sindicatos fascistas, um movimento sindical independente, que defendia com firmeza os interesses dos trabalhadores e se opunha vigorosamente, com um trabalho de massas, à orgânica corporativa e à repressão fascista. Em dezenas de sindicatos, os trabalhadores defendem firmemente os seus interesses de classe, elegem para as direcções companheiros da sua confiança, realizam grandes assembleias com a participação de muitas dezenas de milhares de trabalhadores. Comissões Sindicais, Comissões Pró-Sindicato e Grupos de Trabalho desempenham importante papel na organização sindical. Em 1 de Outubro de 1970, é criada a Intersindical que, com a adesão de mais de 40 sindicatos, desenvolve um amplo trabalho de massas e conduz uma luta firme contra o fascismo.

Na unidade se travou a luta contra o fascismo nos sindicatos fascistas

Essa luta, inscrita na luta mais geral da classe operária e dos restantes trabalhadores,

contou com centenas de Comissões de Unidade, Comissões de Trabalhadores

HÁ DOIS ANOS O VII CONGRESSO

O VII Congresso Extraordinário do Partido Comunista Português foi a expressão da unidade indestrutível das fileiras do Partido, da sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, da confiança dos comunistas nos seus dirigentes provados. Foi uma bela demonstração do ardor patriótico dos comunistas, que não separam a defesa dos interesses vitais dos trabalhadores dos verdadeiros interesses nacionais, tal como o Programa e a Proclamação aprovados no Congresso tão bem evidenciam.

Foi há dois anos, a 20 de Outubro de 1974. Apenas seis meses depois de ter saído de uma clandestinidade de quarenta e oito anos, o PCP apresentou-se com toda a vitalidade revolucionária dos seus militantes, numa magnífica manifestação de força e confiança na vitória dos ideais do socialismo e do comunismo.

O VII Congresso Extraordinário foi realizado para levar a cabo uma missão específica — a aprovação das alterações introduzidas no Programa e nos Estatutos do Partido, com vista ao cumprimento das novas tarefas imediatas colocadas aos comunistas pelas profundas transformações políticas do país.

Como salientou o camarada Álvaro Cunhal no discurso de encerramento dos trabalhos do VII Congresso, a data assinalava o começo do trabalho de cada uma das nossas organizações, de cada um dos nossos militantes, para aplicar na prática as resoluções tomadas. E realmente assim foi.

Dois anos volvidos, o Partido prepara a realização do primeiro Congresso ordinário depois do derrube do fascismo. A preciosa experiência entretanto adquirida, aliada à dos longos e duros anos de clandestinidade, constituem uma inestimável base para uma séria e aprofundada análise do trabalho desenvolvido.

A discussão, análise e crítica das teses apresentadas pelo Comité Central do nosso Partido constituem um factor determinante do sucesso do próximo Congresso.

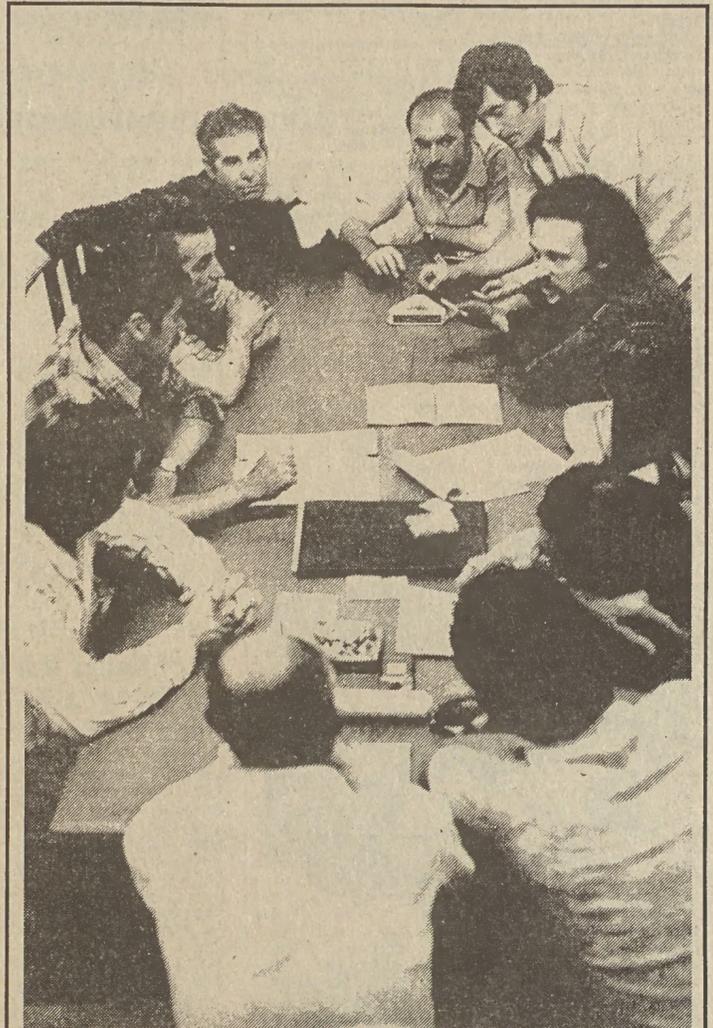
Enriquecer o nosso trabalho, a nossa experiência, a nossa organização é fortalecer o movimento popular e democrático.

O trabalho já começou. O VIII Congresso será a reafirmação da força e unidade política do PCP e demonstrará, uma vez mais, que sem os comunistas não será possível consolidar e defender a democracia rumo à sociedade socialista por que o nosso povo aspira.

Uma larga experiência de luta contra os monopólios e o fascismo

Em Maio de 1970, o Comité Central do PCP afirmava: A multiplicação de lutas nos sindicatos nacionais, liberto grandes acções reivindicativas

e importantes vitórias alcançadas mostram que está em marcha um amplo movimento sindical, liberto do controlo patronal fascista. Foi dessa



Discutamos as Teses preparemos o Congresso

Com a Democracia para o Socialismo

O melhoramento da actividade do Partido é condição indispensável não só para o reforço do Partido, mas também para a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução e para a construção da democracia portuguesa, rumo ao socialismo. — Teses para o VIII Congresso — 7 introdução

A expressão centralismo democrático significa uma série de princípios pelos quais se regem a organização e a estrutura orgânica dos partidos comunistas. Os princípios do centralismo democrático foram definidos por Lenine, com base na rica experiência do proletariado russo e do seu partido de vanguarda, e na sua aplicação assentou em grande parte o êxito do partido bolchevique e a grande vitória para as massas trabalhadoras de todo o mundo que foi a Grande Revolução de Outubro.

Os princípios do centralismo democrático regem a actividade do Partido Comunista Português e encontram-se consignados nos nossos Estatutos.

A sua concretização e sistematização expressam-se no art. 11.º, relativo à estruturação orgânica do Partido, onde se estabelece: a) A eleição de todos os organismos dirigentes

prestarem contas da sua actividade às organizações respectivas e darem a máxima atenção às opiniões e críticas que estas manifestem ou façam; c) A submissão da minoria à maioria; d) O carácter obrigatório das resoluções e instruções dos organismos dirigentes do Partido, da base do topo; b) A obrigatoriedade de os organismos prestarem contas da sua actividade aos organismos superiores; e) A disciplina rigorosa no acatamento dos princípios orgânicos e disposições estatutárias do Partido e a proibição da existência de fracções ou de quaisquer actos fraccionários.

Na fidelidade aos princípios do centralismo democrático baseou-se também em grande parte a força organizativa dos comunistas portugueses patenteada nos sucessos da sua luta sem tréguas contra a ditadura fascista.

arremetidas sucessivas do inimigo não se tornava possível o cumprimento de quaisquer outras tarefas.

Nem por isso, porém, os processos democráticos deixaram de ser utilizados. A apreciação e discussão ampla e livre, em todas as organizações, da orientação e actividade do Partido; o direito de todos os militantes criticarem no seu organismo qualquer aspecto da orientação e actividade do Partido ou da actuação dos seus quadros; a iniciativa e capacidade de decisão de

«Nos últimos anos têm tido lugar no nosso Partido largos debates, em que os membros do Partido exprimem aberta e francamente as suas opiniões e as suas críticas à actividade geral do Partido e dos organismos dirigentes, incluindo o Comité Central. A discussão no Partido dos Projectos de Programa e de Estatutos constitui um elevado exemplo da participação dos militantes na elaboração da linha política e tática do Partido, da

a criatividade de todos os militantes.

Em 6 de Outubro de 1974 o CC convocava para o dia 20 desse mês o VII Congresso (Extraordinário) do PCP. Um dos pontos da ordem de trabalhos era a discussão e aprovação de modificações aos Estatutos do Partido, tendo em conta a nova situação política existente em Portugal após o 25 de Abril. As alterações então aprovadas, conforme na altura salientou o camarada Jaime Serra, tinham em conta duas necessidades: retirar dos Estatutos todas as excepções estatutárias para vigorarem apenas nas condições de clandestinidade, e introduzir na parte programática dos Estatutos as alterações resultantes das conquistas democráticas alcançadas com o 25 de Abril.

Era com razão que aquele camarada acentuava: Alguns estranharão talvez que os Estatutos do PCP, elaborados nas mais duras condições de clandestinidade, precisem de tão poucas modificações para vigorar nas novas

condições de legalidade. Isto só se explica pelo facto de os Estatutos, lei fundamental que rege a vida interna e define os princípios orgânicos do Partido, terem sido elaborados na base dos comprovados princípios do centralismo democrático, os princípios leninistas de organização do Partido. Estes princípios dão ao Partido um funcionamento orgânico harmonioso e estável.

A própria realização do Congresso foi uma pujante confirmação da vitalidade de tais princípios. Ele saiu-se por um grande êxito, não só pelo seu significado político mas também, conforme salientava a Comissão Política no dia 21, pela amplíssima participação de muitos milhares de membros do Partido, de Norte a Sul do continente e das Ilhas Adjacentes, nas centenas de reuniões preparatórias e nas sessões do próprio Congresso, numa afirmação do seu enraizamento nacional e da democracia da sua vida interna, apesar das condições extraordinárias

da sua efectivação; pelo vibrante entusiasmo, pela clara manifestação de coesão de todo o Partido e da sua direcção, pelo espírito de organização e disciplina, livre e naturalmente praticada, e pelas relações de fraternidade e camaradagem que evidenciou.

Durante os dois anos e meio de Revolução, os princípios do centralismo democrático têm sido vitoriosamente postos à prova e demonstrada a sua vitalidade. Tal como no passado, a fidelidade a esses princípios tem contribuído poderosamente para os êxitos registados na acção do Partido e tem estado na base da sólida coesão e espírito de unidade dos militantes comunistas.

Mas é necessário melhorar o nosso trabalho. É necessário dinamizar ainda mais a vida interna do Partido, elevar a um nível ainda mais alto a organização, a participação, a democracia interna. O VIII Congresso deverá ser — aponta-se nas teses que o Partido está a discutir — o ponto de partida para a realização de muitas

e muitas assembleias de célula e de organizações de sector, de classe profissional, de zona, locais, de freguesia, concelhias, distritais e regionais, destinadas à prestação de contas da actividade política e à eleição dos respectivos organismos dirigentes. A preparação, a realização e os resultados dessas assembleias deverão fortalecer a unidade entre os membros do Partido e uma sua participação mais activa na vida do Partido e serão um importante factor para a consolidação da organização.

Os resultados de todo o trabalho dirigido neste direcção não se medirão apenas pelos seus efeitos internos. Conforme se assinala nas Teses, o melhoramento da actividade do Partido é condição indispensável não só para o reforço do Partido, mas para a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução e para a construção da democracia portuguesa, rumo ao socialismo.

Métodos de organização e de trabalho conspirativo à altura das necessidades

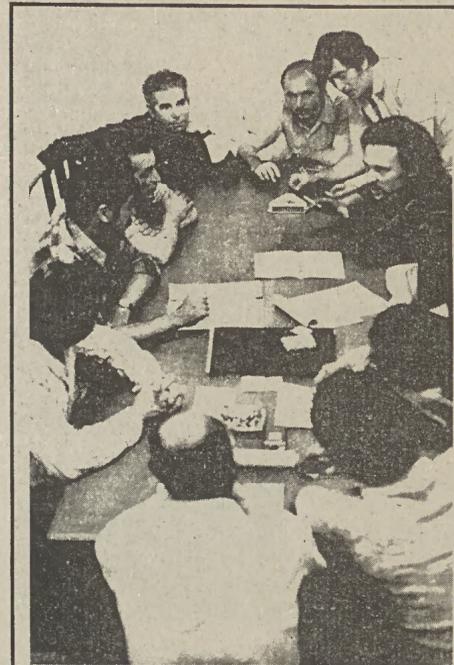
Não há nada de mais contrário aos princípios leninistas de organização do Partido do que o dogmatismo. As regras do centralismo democrático, no que se refere à sua aplicação prática, necessariamente que têm de ser adaptadas às condições históricas concretas do momento. É evidente que a aplicação do centralismo democrático não pode ser a mesma num partido obrigado à clandestinidade e em luta contra a repressão, e num outro de um país onde a classe operária e seus aliados tenham já alcançado o poder.

Durante a ditadura fascista a actividade interna do PCP estava seriamente afectada pela feroz repressão que se abatia sobre o povo e, em primeiro lugar, sobre os comunistas. Nas condições de clandestinidade — afirmava o camarada Álvaro Cunhal em 1965, no Relatório de Actividade do Comité Central ao VI Congresso — a defesa do Partido é a tarefa número um, aquela de que depende o sucesso e a realização das restantes». E acentuava: «As forças repressivas desenvolvem um acção permanente, sistemática

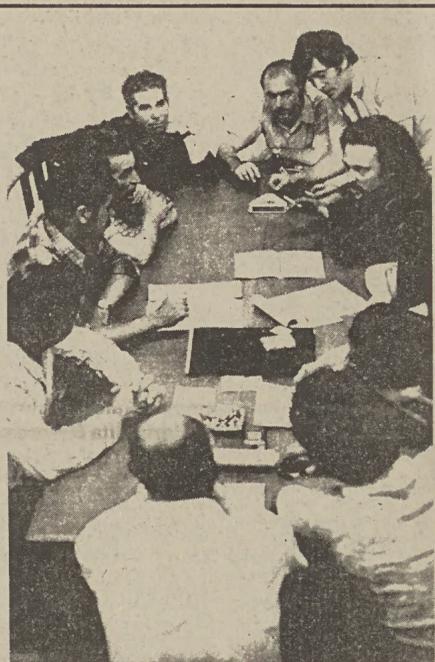
e de grande amplitude para descobrir e atingir instalações, funcionários clandestinos e organizações do Partido.»

Nestas condições, «assegurar o funcionamento do aparelho clandestino, defender as instalações legais, os funcionários e as organizações, manter as ligações e o controlo dos sectores, garantir a distribuição regular da imprensa», eram tarefas cujo cumprimento impunha, necessariamente, sérias restrições à ampla democracia interna do Partido.

O secretismo, a grande compartimentação das actividades e das responsabilidades, o reforço da disciplina interna, as restrições à eleição dos organismos dirigentes (excepto no âmbito do Comité Central, onde sempre foi possível eleger o Secretariado e a Comissão Política) — tudo isto eram necessidades de trabalho impostas pela dura vida da clandestinidade a que o Partido era obrigado.



Discutamos as Teses preparemos o Congresso



Discutamos as Teses preparemos o Congresso

cada organismo de direcção na esfera da sua actividade — foram, entre outras, regras que mesmo nos momentos mais difíceis, nunca deixaram de ser aplicadas.

«No nosso Partido há ampla liberdade de discussão e de crítica e os militantes usam constantemente dela — constatava em 1965 o camarada Álvaro Cunhal. A discussão, a crítica, e elaboração colectiva das decisões, são bases do trabalho do Partido, e método imprescindível para tomar decisões correctas, para corrigir e rectificar erros, para preparar os quadros, para fortalecer a unidade e a disciplina.»

liberdade de crítica, da aplicação dos princípios do centralismo democrático.»

Durante o período da clandestinidade, apesar das perseguições da polícia fascista e dos duros golpes que por vezes conseguiu vibrar na nossa organização, apesar de todas as dificuldades, o Partido conseguiu grandes êxitos na sua actividade política, na condução de lutas de massas, na unidade das forças democráticas, na sua propaganda. Tais sucessos, se por um lado atestaram a força indestrutível do Partido, e a sua implantação nas massas populares, comprovaram por outro lado o alto nível e a correcção dos seus métodos de organização e da defesa do seu trabalho.

Adaptação dinâmica às novas condições e às novas exigências

Na nova situação democrática criada após o 25 de Abril de 1974 passaram a existir condições radicalmente diferentes para a actividade interna do Partido. As novas condições implicaram, por sua vez, novas exigências. Os princípios do centralismo democrático foram adaptados às novas circunstâncias, de modo a simultaneamente reflectir e responder a essas condições e exigências.

«O reforço do centralismo e a limitação da democracia interna do Partido resultantes das condições de clandestinidade sob uma ditadura fascista são uma necessidade» — acentuava-se num documento do Comité Central datado de 1960, que logo acrescentava: «Mas nunca se deve esquecer que são uma necessidade temporária e que,

conquistada a liberdade pelo Partido, se devem imediatamente acentuar os processos democráticos de trabalho.»

Desaparecida essa necessidade, com efeito, logo o Partido adoptou um novo estilo de trabalho, adaptando a fecunda experiência vinda de trás às novas condições e exigências de vida e de luta. O vertiginoso aumento de militantes do Partido — cujo número se multiplicou em poucos meses —, o alargamento da sua influência a amplos sectores, a crescente importância do seu papel em todos os aspectos da vida nacional, foram factos intimamente ligados ao novo dinamismo da vida interna do Partido, baseada numa larga democracia, na descentralização e no incentivo ao desenvolvimento da iniciativa e de toda



OS CENTROS DE TRABALHO

Logo após o derrubar do regime fascista começaram a surgir os primeiros Centros de Trabalho do Partido Comunista Português. Assim se concretizava a vontade dos militantes comunistas em criarem as condições indispensáveis para a luta legal do PCP.

Por certo que surgiram dificuldades, mesmo no início da Revolução. Nalguns casos, foram ultrapassadas. Mas mesmo quando os entraves eram mais fortes nunca os militantes esmoreceram, não poupano esforços para criarem as condições necessárias para que os Centros de Trabalho pudessem dispor das suas instalações.

A pouco e pouco os Centros de Trabalho foram ganhando novas funções, adaptando-se às condições que se iam criando e servindo o Partido por diversas formas.

Reconhecendo o seu papel relevante, uma das teses a ser apresentada ao VIII Congresso do PCP e que aborda o tema do Partido afirma num dos parágrafos do capítulo terceiro, sobre "Trabalho de Organização": O funcionamento regular dos Centros de Trabalho do Partido é de grande importância. A realização de actividades políticas, culturais e de convívio, uma boa apresentação e organização interna, são factores que contribuem para melhorar deficiências por vezes assinaladas.

Além, o papel dos Centros de Trabalho é extremamente importante para levar a bom termo algumas questões abordadas na referida tese, como seja o aprofundamento do contacto com as massas, o alargamento da organização, e o fortalecimento das organizações de base locais.

Já "O Militante" n.º 3, de Agosto-Setembro de 1975, num artigo sobre os Centros de Trabalho, indicava as suas principais funções, discriminando-as:

a) Centro aberto para permitir o contacto directo de qualquer trabalhador ou democrata com o Partido, isto é, com algum seu representante. Esse contacto pode ter como objectivo uma simples informação, a obtenção de uma ajuda política, a aquisição de documentos ou jornais do Partido, de livros ou outros objectos, a inscrição no Partido, etc.

b) Local de trabalho regular da comissão responsável pelo Centro bem como de outros organismos integrados na organização respectiva, e dos seus membros.

c) Centro de divulgação da propaganda do

Partido, não só na sua expressão escrita, como indicado atrás, mas também através da realização de reuniões de esclarecimento ou de outro tipo voltado para a propagação da orientação do Partido.

d) Local de convívio dos membros do Partido e dos seus simpatizantes, de todos os amigos do Partido.

Também na Reunião Nacional de Organização do PCP, realizada em 30 de Setembro último, e dedicada ao 7.º Balanço Geral da Organização e à sua análise era abordada a questão dos Centros de Trabalho. E o documento final salientava:

Os Centros de Trabalho continuam a desempenhar um papel de grande relevo para o trabalho geral do Partido. As suas possibilidades podem ainda ser mais aproveitadas se se melhorarem as suas condições.

Mas em relação a muitos Centros de Trabalho a questão, actualmente, é ainda a de conseguir torná-los uma sede aberta ao contacto com todos os nossos amigos, um centro de esclarecimento e de ajuda à resolução dos problemas dos trabalhadores, um pólo de divulgação da orientação e da propaganda do Partido, um local para reuniões regulares, de quadros e outras actividades.

Em certos locais onde se faz sentir grandemente a falta de Centros de Trabalho a questão é a de conseguir abrir os Centros necessários, vencendo as dificuldades de toda a ordem que normalmente surgem.

Em muitos casos elas têm sido vencidas, como o provam estes dois anos e meio de experiência. Casas que foram construídas com o esforço dos militantes para desempenharem o papel de local de encontro e de trabalho dos comunistas da região; edifícios destruídos pelas forças reaccionárias mas que rapidamente ganhavam as suas formas originais para voltarem a desempenhar a sua anterior função.

Certo é que muitos problemas urge ainda resolver, mas com o seu esforço e a sua participação militante, os comunistas conseguirão, nas povoações onde habitam e trabalham, criar as condições para que mais um Centro de Trabalho venha divulgar junto das populações o que é o Partido Comunista Português e o que é a sua luta, afinal a luta de todos os trabalhadores e de todo o Povo explorado.

O Ministério das Finanças do Governo PS tem autorização para não cumprir a Constituição e tentar estrangular a Reforma Agrária por via financeira, ao mesmo tempo que subsidia os agrários?

QUEM QUER TORNAR O CRÉDITO AGRÍCOLA UMA VIA DA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA?

Os trabalhadores utilizaram parcelas do Crédito Agrícola de Emergência para investimento porque não foi definida uma política de crédito a médio e longo prazos. Impõe-se que o Governo assumira as suas responsabilidades e não se alie à direita promovendo a recuperação capitalista

Os trabalhadores das UCPs, das Cooperativas de Produção Agrícola e os pequenos e médios agricultores querem semear, querem produzir, querem colher. Mas as forças da direita reaccionária, fiéis à sua tradição de sabotagem económica e desestabilização social e política, procuram impedir os jogando — entre outras coisas — com uma arma de monta: o estrangulamento do crédito.

A reacção não agrada, obviamente, o magnífico sucesso da Reforma Agrária. Os reaccionários alarmam-se: se «eles» alcançaram estes resultados com todos os boicotes que lhes movemos, o que seria se tivéssemos facilidade?

Quanto aos pequenos e médios agricultores, um breve relance às actividades da CAP revela que ponto às forças reaccionárias importa levantar a pequena lavoura contra o processo revolucionário. Em ambos os casos, o meio é idêntico: dificultar a sobrevivência das UCPs, das Cooperativas de Produção Agrícola e dos Pequenos e Médios Agricultores.

Neste sentido, vem uma curiosa circular do Grupo Coordenador do Crédito Agrícola de Emergência, (organismo deveras pluralista onde a direita e o esquerdismo se entendem às mil maravilhas), ditada em termos de «querer, posso e mando». Nela se obriga as Comissões Liquidatárias dos ex-Grémios da Lavoura a não procederem às ordens de pagamento dos trigos, nelas entregues pelos beneficiários do Crédito Agrícola de Emergência (CAE), sem previamente descontarem o montante das dívidas contraídas ao abrigo do CAE. «mesmo em entidades intermediárias de concelhos limitrofes». Se não houver pagamento «em tempo oportuno» das verbas concedidas através do CAE e referentes à passada campanha agrícola, o Grupo Coordenador do CAE estabelece, logo, a sanção: «dever-se-á, «de imediato, impedir em relação a esse beneficiário qualquer novo financiamento a não ser em casos devidamente justificados».

A pressa em recuperar os montantes emprestados através do CAE dá que pensar. E há quem se interrogue: será que o dinheiro assim extorquido aos trabalhadores das UCPs, das Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs) e aos pequenos e médios agricultores, se destina a repor a verba de 21 mil e quinhentos contos transferida por Portaria do Ministério das Finanças para o IRA proceder a pagamento das indemnizações dos agrários cujos prédios rústicos foram expropriados ou nacionalizados?

NÃO AOS PRAZOS RÍGIDOS DE PAGAMENTO!

Sabemos que a dita circular vem no seguimento de um despacho do MAP. Porém desgarrada do seu contexto, vem lançar a confusão nas entidades intermediárias do CAE e, em algumas delas dominadas pela direita e esquerdistas, abre a porta para uma acção de resultados perniciosos nas magras finanças das UCPs, das CPAs e dos camponeses.

Por outro lado a par da carga reaccionária que deu origem às medidas coercivas propostas pelo Grupo Coordenador do CAE, existe uma boa dose de ignorância da legislação na referida circular. Porque ignorância da legislação?

1.º Porque, tal como estipula o artigo 104 da Constituição «Participação na Reforma Agrária», «na definição e execução da RA, nomeadamente nos organismos por ela criados, deve ser assegurada a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios

agricultores, através dos seus organismos próprios, bem como das cooperativas e outras formas de exploração colectiva por trabalhadores».

Ora nem Sindicatos Agrícolas ou Ligas, nem UCPs ou Cooperativas de Produção foram tidas ou achadas para se pronunciarem sobre o assunto.

2.º Porque as dívidas contraídas ao abrigo do CAE poderão ser saldaadas até um ano após terem sido contraídas. Assim uma UCP ou um pequeno agricultor levantou do CAE 200 contos, em Março de 1976, logo, só é obrigado a pagá-los em Março de 1977. Mas pelas contas do Grupo Coordenador do CAE (ao qual a pressa em espolar os trabalhadores não faz tremer a revelação da incompetência), às UCPs, às CPAs e aos pequenos e médios agricultores, seriam, agora, descontadas todas as parcelas dos empréstimos ao abrigo do CAE, quer tivessem sido levantadas em Janeiro, Abril, ou Setembro de 1976. Isto quando, apesar dos despachos e circulares e outros diplomas lançados sobre esta matéria, permanece o prazo de um ano e portanto as UCPs, as Cooperativas Agrícolas, os pequenos e médios agricultores, para o caso da campanha cerealífera, só terão de repor em Outubro de 1976, o empréstimo recebido até ou em Outubro de 1975.

Há ainda a acrescentar que o pagamento, em prazos rígidos, do crédito agrícola de emergência pode ser um factor de recuperação capitalista visto que a comercialização ainda se encontra nas mãos dos grandes intermediários e comerciantes que, sabendo a necessidade dos trabalhadores das UCPs, das CPAs e dos camponeses em vender rapidamente para pagarem os empréstimos, especularão com os preços de compra dos produtos.

Comentando a circular, diria, a propósito, um pequeno agricultor ribatejano: «Tal a ganância que até esquecem a lei!».

Na verdade não custa a crer que o Decreto-Lei n.º 251/75 de 23 de Maio que veio estipular a concessão do CAE esteja atravessado na garganta das forças reaccionárias que, amlude, se lhes referem como «mais uma das desgraças do gonzalvismo». Desta desgraça para os latifundiários resultou que, pela primeira vez, assistimos a um crédito selectivo em benefício dos pequenos e médios agricultores (Dec.-Lei 251/75 de 23 de Maio) e que mais tarde quando os comunistas entraram para o Ministério da Agricultura e Pescas veio abranger as UCPs (Dec.-Lei 541-B/75 de 27 de Setembro). Deste modo os pequenos e médios produtores agrícolas, as suas associações e as UCPs ficaram beneficiárias de um crédito que, em princípio, se destinava «a permitir o pagamento de serviços destinados à preparação de terras, à aquisição de fertilizantes e correctivos, sementes e propágulos, pesticidas, rações, complementos necessários à alimentação animal e pequenos equipamentos indispensáveis à boa produtividade das explorações agro-pecuárias». Tratava-se, pois, de um crédito a factores de produção, um crédito de campanha, portanto a curto prazo em que se tentava pôr o aparelho do Estado comandando as operações de crédito.

O âmbito do CAE seria depois alargado para pagamento de salários a UCPs (Decreto-Lei 541-B/75) e a todos os seus beneficiários (Dec.-Lei 586/75 de 18 de Outubro). Mas não foi definido e continua por definir o crédito agrícola a médio e longo prazo.

Ora para produzir são indispensáveis tractores, alfaias, gados reprodutores, estábulos, etc. A agricultura estava e está descapitalizada (até o Programa de Governo do PS o reconhece). Os latifundiários, na expectativa

das expropriações haviam destruído máquinas, vendido gado ou deixá-lo morrer à fome. Os trabalhadores das UCPs e das CPAs, salvo raras excepções, viram-se sem máquinas para desbravar e trabalhar as terras, sem barragens, sem gados. Como haviam de produzir senão investindo? E fizeram-no aplicando para esse fim o Crédito Agrícola de Emergência.

NÃO AO PAGAMENTO IMEDIATO DO QUE SE INVESTIU NA AGRICULTURA!

Perante isto, as forças da reacção bradam aos céus: o CAE foi desviado para fins para os quais não foi criado! Com o CAE construíram-se barragens e açudes, compraram-se máquinas, adquiriram-se gados, puseram-se a produzir terras incultas há longos anos, construíram-se armazéns e estábulos! A reacção horroriza-se com tais desvios do CAE... Porque, sem dúvida, preferia que os trabalhadores não tivessem investido, que a produção não tivesse alcançado números recorde na zona da Reforma Agrária. No fim, se os trabalhadores ficassem à espera do crédito para investimento (a médio e longo prazos) teria sucedido uma notável baixa de produção. Ai, as forças reaccionárias iriam a correr pedir o «auxílio» dos seus amigos imperialistas da Europa e dos Estados Unidos, importando milhares de toneladas de cereais — como acontece agora com o milho — ao preço que aqueles impusessem, sangrando ainda mais os recursos do país.

Os trabalhadores dirigiram parte do CAE para investimento e estão de parabéns por o terem feito. É certo que o problema da aquisição de tractores e alfaias para as sementeiras do Outono de 1975 foi resolvido pela Secretaria de Estado da Reestruturação Agrária. Mas como haveriam os trabalhadores proceder às sementeiras da Primavera e a algumas colheitas do início do estio, se a 19 de Fevereiro deste ano, o MAP proibiu a concessão de novos financiamentos para maquinaria para as UCPs, só levantando esta proibição a 9 de Junho último?

A falta de apoio aos pequenos e médios agricultores, às cooperativas de produção agrícola e às UCPs foi tão flagrante que do empréstimo de 1 300 000 contos pedido pelo IRA à Caixa Geral de Depósitos, em meados de 1975, esta apenas concedeu 100 000 contos em Setembro de 1975 e só a 26 de Maio deste ano, o Conselho de Ministros deliberou a concessão dos 1 200 000 em falta. Mesmo assim, destes 1 milhão e 200 mil contos só foram atribuídos por aquela resolução 800 mil, dos quais apenas 290 mil são canalizados para as UCPs. Há que alertar que estas verbas são para cobrir pedidos já feitos.

Em suma: os trabalhadores agrícolas organizados nas UCPs e cooperativas e os pequenos e médios agricultores, em virtude do aparelho de Estado, a Banca

nacionalizada e a Caixa Geral dos Depósitos não lhes forneceram crédito a médio e a longo prazos, utilizaram verbas do CAE para compra de máquinas e aquisição de gados, construções para abrigo de máquinas e animais, enfim investiram na agricultura e não desviaram dinheiros recebidos para fora do sector como era normal os agrários fazerem. O Governo não pode nem deve obrigar o pagamento imediato dessas quantias sob pena de estar a descapitalizar o sector agrícola e de prosseguir uma política antipopular e antipopular, aliando-se na acção aos objectivos da direita. Deverá, antes, assumir as suas responsabilidades no não desbloqueamento de créditos a médio e a longo prazos e transformar as parcelas do CAE utilizadas em investimentos, em créditos a taxa e preços compatíveis com as obras e aquisições feitas.

Na questão do crédito agrícola, tal como nas demais, as medidas a tomar envolvem sempre uma opção de classe. Ou se é pelos trabalhadores, operários e camponeses pobres, ou se é contra eles, o que equivale a dizer que se defendem os interesses dos exploradores agrários e capitalistas. Não há meio termo por mais que tentem proceder à venda política da imagem da «conciliação e concórdia entre todos os portugueses».

Uma imagem tanto mais próxima do fracasso, quanto mais se fortalece a unidade e organização dos trabalhadores das UCPs e cooperativas, quanto mais se organizam os pequenos e médios agricultores e se descobrem aliados dos trabalhadores agrícolas e do povo, nas suas aspirações, nos seus interesses, nas suas esperanças e vontade de concretização.

PAGAR ORDENADOS AOS AGRÁRIOS?!

Austeridade para todos menos para os capitalistas! Neste sentido, os agrários expropriados passam a receber uma média de 8500\$00 mensais...

Os latifundiários cujas terras estão já expropriadas ou nacionalizadas vão passar a receber uma mensalidade que ultrapassa o dobro do salário mínimo nacional. Exceptuando raros casos em que a mensalidade é de 4 mil escudos e de 7 mil e 500 escudos, os latifundiários têm, de mão beijada, no fim de cada mês, um orçamento fixo só tendo o trabalho de ir levantar os respectivos cheques ao Banco de Portugal.

Assim decide uma portaria do ministro das Finanças (n.º 582-A/76 de 28 de Setembro passado), baseada no Decreto-Lei 489/76 de 22 de Junho, segundo a qual é transferida uma verba de 21 mil e 500 contos para pagamento destas mensalidades aos latifundiários. A dita portaria tem, além do mais, efeito retroactivo, podendo os grandes agrários receber o seu «salário» desde o mês de Agosto e funciona como um adiantamento às indemnizações que estes irão receber.

Em muitos casos este «salário» torna-se «familiar», subindo portanto para o dobro e para o triplo. Como exemplo, apontemos o caso de José Joaquim Estrela da Mata que recebe 8500\$00 mensais e de Maria de Lurdes Gama Minas da Mata que recebe igual montante. Ambos coabitam na Rua 13 de Dezembro em Campo Maior. Outros exemplos familiares: Maria Rita Barradas Curvo, Diogo Barradas Curvo e António Pereira Barradas Curvo, ambos de Castelo de Vide (só à sua conta esta família recebe 25500\$00!; Maria Celeste de Azevedo Rosado e Joaquim Xavier Pimenta Rosado; Artur Telles Barradas de Carvalho e Lobélia Godinho Braga Barradas de Carvalho; Jacinto Manuel Falcão Duarte e Maria Lucília Falcão

Duarte e ainda Alice Augusta Martires Falcão Duarte. Todos os nomes indicados aos quais se somam alguns dos mais bem sonantes da «aristocracia» rural recebem, por cabeça, 8500\$00.

Recorde-se que, além desta mensalidade, os agrários expropriados têm ainda direito à propriedade de uma área de terra, (direito de reserva), que, em nenhum caso, pode ser inferior a 30 hectares.

O Governo manifesta assim grande solicitude pelo bem-estar dos latifundiários, exploradores do povo trabalhador. Do mesmo, não podem gabar-se os senhores pobres que aguardam o pagamento de pensões e outras camadas da pequena e média lavoura.

A palavra de ordem do Governo é austeridade. Mas somente para os trabalhadores, para os que continuam a receber o salário mínimo de 4 mil escudos e para os que recebendo mais de 5 mil escudos verão o subsídio de Natal ser extraordinariamente reduzido pois como desabafou um operário fabril «Não é com títulos do Tesouro que pagamos na mercearia ou na farmácia».

Não é com tal política antipopular e antipopular que se faz a recuperação económica do país e que, muito menos, se ganha a confiança dos trabalhadores.

Não aos prazos rígidos de pagamentos!

Não ao pagamento imediato do que se investiu na agricultura!

O GOVERNO TENCIONA CONTINUAR A SUSTENTAR AS GRANDES HERDADES?

Enquanto tenta estrangular as UCPs, o Governo aceita que a banca nacionalizada e a CGD continue a subsidiar grandes agrários que já deviam ter sido expropriados. Só 11 recebem mais de 10 mil contos!

anteriores foi de 6 milhões e 523 mil contos.

Depois do 25 de Abril, o crédito agrícola continuou a correr para as mãos dos grandes agrários que, inicialmente para o obterem, recorreram à hipoteca de prédios rústicos, muitos dos quais segundo a lei das expropriações nem sequer lhes pertencem já! Estes expedientes estão a ser tanto mais facilitados quanto forças da direita apadrinhadas com esquerdistas se instalaram nas delegações distritais do IRA, provocando, a torto e a direito, os saneamentos de técnicos honestos interessados na evolução da Reforma Agrária e no apoio aos pequenos e médios agricultores.

Só da Banca, antes de nacionalizada, da Caixa Geral dos Depósitos e das Caixas Económicas os agrários receberam milhões e milhões

de contos. Segundo o relatório de 1975 do Banco de Portugal, a diferença entre o montante dos empréstimos concedidos aos agrários e as amortizações efectuadas relativamente aos anteriores foi de 21 milhões, 122 mil contos no 2.º, 3.º e 4.º trimestre de 1974 e de 14 milhões e 63 mil contos nos dois primeiros trimestres de 1975.

Citamos, apenas, alguns dos muitos casos de grossos créditos concedidos aos grandes agrários sem que o MAP, Ministério da Agricultura e Pescas fosse sequer inteirado do assunto. Repare-se que grande parte destes empréstimos a agrários e empresas agrícolas, se verificam no Ribatejo onde permanecem por expropriar grandes propriedades expropriáveis por lei.

Eis alguns casos de financiamento a grandes agrários que deram como penhor a cortiça:

No distrito de Santarém, concelho de Coruche: João Teles Branco, 750 contos, herdade do Vale do Mour; Joana Patrícia Malta Ferreira Miranda, 600 contos, herdade da Malhada Alta; Luciano Lopes da Ponte, 400 contos, herdade da Barrosinha e Courela da Cruzeta; Maria do Castelo Tapadinha Tomás de Alarcão Potier, 200 contos, herdade da Carvalho; João Baptista de Alarcão Potier, 500 contos, herdade do Montinho de Brito e Sesmarias de Bogas; António Veiga Teixeira e mulher Helena Patrícia Malta da Veiga Teixeira, 1035 contos; Cartaxo: Sérgio Montês Leal, 2100 contos

concedidos a 19/9/75 e Maria Raquel Botelho de Sousa, 2000 contos; em ambos os casos não conhecemos a garantia dada.

No distrito de Évora, concelho de Portel: Fundação Dias Carvalho, 1350 contos, dando como garantia e penhor da cortiça da herdade de Açorinho e Monte do Açorinho; Concelho de Montemor: Maria Sofia de Sousa Coutinho, 1600 contos, garantia da cortiça da herdade das Latadas. No distrito de Beja, concelho de Odemira: Alberto José de Almeida, 252 contos.

Só nestes exemplos que estão longe de esgotar a continuidade da situação de privilégio dos grandes agrários, os «empréstimos» elevam-se a mais de 10 mil e 500 contos.

Outros exemplos de pedidos de financiamento que não tinham sido ainda atendidos no início do ano, demonstram como os agrários se sentem encorajados a não ser «meigos» nos pedidos de financiamento.

A Sociedade Agrícola da Quinta de Alorna (concelho de Almeirim-Santarém), pedira 50.000 contos; Teresa Cabral Gonçalves Zarco da Câmara, Quinta do Mocho, concelho de Santarém, pedira 10.000 contos; Manuel Vieira

Rodrigues, Mouchão de S. Lourenço, concelho de Santarém, já devia 4600 contos e pedira mais 7000; a Sociedade Agrícola da Quinta da Candoja, distrito de Santarém, requereu 22.000 contos.

Note-se que a taxa de juro dos empréstimos aos agrários e grandes empresas agrícolas baixou de 3,25% enquanto a taxa para as UCPs e Cooperativas Agrícolas baixou somente de 0,5%. Assim, as UCPs e Cooperativas que recorrem ao crédito para pagamento de salários têm de pagar 6% de juro desse empréstimo e ainda descontam para a Previdência 17% sobre o montante do salário (correspondente àquilo que pagaria a entidade patronal), e 6,5% também sobre o salário (correspondente à percentagem paga pelos trabalhadores). No total são 30% que os trabalhadores têm de pagar do seu magro salário. Em cada 100 escudos, 30 vão para juros e descontos.

A reacção pensa marcar assim pontos contra a Reforma Agrária, protegendo os agrários e grandes empresas agrícolas, dificultando a vida das UCPs, Cooperativas Agrícolas e Pequenos e Médios Agricultores.

Respondamos combatendo por toda a parte as debilidades da aliança entre a classe operária e o campesinato.

Respondamos de modo a que a aliança entre o proletariado e os camponeses seja uma força crescente em luta por um futuro melhor.



DANÇAS E CANTARES DA REP. DA LETÓNIA

A convite da UJC e da UEC, encontra-se em Portugal um grupo soviético de danças e cantares da República da Letónia.

Expressão viva da riqueza cultural do seu povo, este grupo trará junto da juventude portuguesa a alegria, amizade e solidariedade do povo soviético.

Estão previstas actuações, com espectáculos a não perder, além da FIL na próxima 6.ª-feira, em:

• CUF - 5.ª-feira à tarde • SEIXAL - 5.ª-feira à noite
• T. NOVAS - Sábado à tarde • MALVEIRA - Domingo à tarde • ALENQUER - Domingo à noite
• ALCOCHETE - 2.ª-feira • LISBOA (Trindade) - 3.ª-feira à noite • SACAVÉM - 5.ª-feira à noite.



O camarada Herbert Mies, presidente do Partido Comunista Alemão, com o camarada Álvaro Cunhal, quando da realização, em Junho passado, em Berlim, da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa.

DKP: ERGUER BEM ALTO A BANDEIRA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

A solidariedade do Partido Comunista Alemão (DKP) para com a luta dos comunistas portugueses reafirma a sua fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário

A solidariedade internacional e a fraternidade entre os povos — armas poderosas na luta contra a ofensiva das forças imperialistas — são factores de unidade e coesão na imensa frente proletária que é o movimento comunista internacional.

Vanguarda revolucionária da classe operária, do povo trabalhador em geral e das massas juvenis progressistas, o Partido Comunista Alemão é um dos destaques do movimento comunista internacional que tem tido sempre presente no seu corajoso combate a defesa militante dos mais altos princípios do internacionalismo proletário e das relações fraternais entre os comunistas de todo o mundo, entre todos os democratas que fazem do seu dia-a-dia uma luta comum contra a tirania fascista, o capitalismo, o racismo e o colonialismo.

A semelhança dos outros partidos irmãos, a história do DKP é a história da luta do povo, a luta pela unidade das massas trabalhadoras, contra a opressão e pela liberdade.

Fundado em 1918, o DKP teve, a partir de 1925, como presidente, o grande dirigente das lutas revolucionárias, Ernest Thälmann.

Nas eleições para o Parlamento em 1932, o Partido Comunista obteve cerca de seis milhões de votos, contando nas suas fileiras com mais de 300 mil membros, 2210 células de empresa, 6000 células de bairro e 6500 organizações locais.

Com o avanço da ofensiva nazi, Hitler toma o poder. Uma das suas primeiras medidas é legalizar o DKP. Ernest Thälmann foi preso e assassinado mais tarde num dos vários campos de concentração. Durante a guerra, o Partido Comunista Alemão, apesar das intensivas perseguições de que foi alvo, surge na primeira frente de resistência contra o nazi-fascismo. Milhares de comunistas, juntamente com outros democratas, são assassinados barbaramente pelos torcionários de Hitler. Além dos «desaparecidos» nos campos de concentração, foram executados mais de 35 mil membros do Partido.

Após a guerra e sob a direcção de Wilhelm Pieck, o DKP lança um programa de reconstrução nacional, onde se propõe uma plataforma de unidade com o Partido Social-Democrata, o qual adere. A 21 de Abril de 1946 realiza-se um Congresso que irá marcar uma das mais importantes etapas na história do movimento operário alemão: o Partido Comunista da Alemanha e o Partido Social-Democrata unem-se, formando o Partido Socialista Unificado da Alemanha. A ala direita do PSD, contudo não aceita a decisão do Congresso e prossegue uma política reformista e oportunista, de sujeição aos interesses dos

monopólios e do grande capital.

Após a guerra, a política das potências ocidentais obriga a cisão da Alemanha em duas partes. Quando a República Democrática Alemã se forma em 1949, a RFA era um facto consumado por iniciativa dos governos norte-americano, inglês e francês. Com a constituição da RDA e a existência particular de Berlim Ocidental, os partidos operários nestes Estados passaram a desenvolver a sua actividade em diferentes condições, com o aspecto comum de serem dirigidos por revolucionários que outrora haviam militado em conjunto no Partido Socialista Unificado da Alemanha, antes da divisão do país.

Entretanto, a luta do Partido prosseguiu. Sob

nacional e o progresso social. Sublinha-se, com particular destaque, a amizade que une os comunistas e o povo trabalhador da RFA aos partidos operários e aos povos do Chile, Portugal, Grécia, Espanha, Arábia e Palestina, à República Popular de Angola, aos povos do Laos, Camboja, Irlanda, Chipre, aos 30 milhões de negros dos Estados Unidos e aos milhões de pessoas que sofrem de tirania dos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, e aos povos árabes dos territórios ocupados por Israel.

O PCA apolará sempre solidamente a luta dos povos contra o racismo, pela igualdade, pela amizade, enquanto parte da luta contra o imperialismo. As experiências na luta

da RFA e de Portugal.

Quando bandos de cacos e conhecidos elementos fascistas ligados a partidos da direita reaccionária semeavam o terror em zonas do Norte e Centro do País, destruindo Centros de Trabalho do nosso Partido, perseguindo militantes comunistas e outros democratas, lançando o pânico entre as populações, levantou-se a voz internacionalista dos comunistas da RFA, intensificou-se o apoio e a solidariedade do DKP das suas organizações e de tantos outros democratas para com o PCA.

Apesar das difíceis condições em que desenvolve a sua actividade — a interdição de trabalho («Berufsverbot») que os monopólios alemães impõem aos comunistas; as provocações constantes dos círculos reaccionários da RFA; a presença e acção do imperialismo americano sobre problemas que a classe operária e todas as classes assalariadas deontam no dia-a-dia da luta contra o domínio capitalista — o PCA trouxe uma vez mais aos comunistas portugueses a sua solidariedade e apoio militante através de uma grande campanha realizada na RFA para a reconstrução dos Centros de Trabalho do PCP destruídos pelos bandos contra-revolucionários.

Por todo o território alemão, num espírito unitário de fraternidade, centenas e centenas de comunistas e outros democratas promoveram em moldes originais grandiosas jornadas de recolha de fundos para o nosso Partido.

Na cidade de Hamburgo, como em muitos outros locais, os camaradas do DKP puseram a imaginação ao serviço da solidariedade.

Um exemplo: foi construída a armação de uma casa em madeira representando um Centro de Trabalho do PCP. Em cartolina recortaram-se as paredes, janelas, portas e uma bandeira. Estes elementos foram seguidamente leiloados. O Centro do PCP seria pois reconstruído a milhares de quilómetros de distância — a solidariedade internacional não tem fronteiras!

Foram também vendidos centenas de pequenos sacos com cimento ao preço dos sacos normais à venda no nosso País.

O produto destas campanhas de fundos promovidas pelo DKP para a reconstrução dos nossos CT já foi enviado para Portugal.

A solidariedade do DKP para com a luta travada pelos comunistas portugueses no decorrer do processo democrático, reafirma a fidelidade total dos comunistas alemães aos princípios do internacionalismo proletário. Além do seu precioso valor material, a ajuda prestada pelos comunistas da RFA ao PCP constitui ainda um significativo apoio político à causa da liberdade e do socialismo no nosso País.

anti-imperialista confirmam que a solidariedade conduz à vitória — salienta o documento apresentado no Congresso. Referindo-se em particular ao nosso País, os camaradas da RFA acentuam: Apoiamos a luta dos comunistas, de todas as forças antifascistas e democráticas portuguesas em luta pela defesa das suas conquistas políticas, sociais e democráticas alcançadas com a queda do regime fascista.

DKP - PCP SOLIDARIEDADE ACTIVA

A solidariedade activa dos comunistas alemães para com a luta do nosso Povo é uma manifestação de profunda amizade internacionalista. Uma amizade há muito existente entre o DKP e o PCP, entre as massas trabalhadoras



1919 Mord an Rosa Luxemburg



1971 verhindert den Mord an Angela Davis

Um cartaz alusivo à solidariedade para com a luta do povo americano contra o imperialismo.

a presidência do camarada Max Reimann, o Partido conduz com coragem e determinação o combate contra o imperialismo. Em 1956, no período da intensificação da guerra fria, o Governo dominado pelos círculos imperialistas proíbe o Partido Comunista da Alemanha (KPD) situação que se irá manter até 1968, altura em que ao abrigo de uma lei especial, o Partido é novamente legalizado sob o nome de Partido Comunista Alemão (DKP).

Nas conclusões apresentadas ao Congresso de Bona, que decorreu em Março último, o Partido Comunista Alemão resumiu a sua linha de orientação política e as tarefas a desenvolver até ao próximo Congresso. Aquele documento salienta o papel determinante do internacionalismo proletário e da solidariedade activa do PCA para com os povos em luta pela liberdade, pela independência

A PAZ É POSSÍVEL

O dinheiro gasto na corrida aos armamentos poderia ser aplicado numa guerra verdadeiramente importante: a luta contra a fome, a miséria e a preservação da saúde

Em números redondos, na História da Humanidade, houve já 14.500 guerras e, no entanto, a paz é possível.

Para que este objectivo seja alcançado é importante mobilizar a opinião pública contra a corrida aos armamentos, como frisou Esmeralda Costa, no decorrer de uma conferência de imprensa, promovida pelo Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, e mobilizar tendo em conta a grande percentagem de analfabetismo existente, utilizando para isso os órgãos de comunicação que mais directamente tocam as largas camadas da população, como sejam a rádio e a televisão, sem descurar, contudo, a imprensa e a realização de conferências ou seminários que debatam o assunto.

O relatório preliminar da ONU elaborado pela Comissão para a Agricultura e a Alimentação e apresentado em 1974, na Conferência Mundial da Alimentação, que se realizou em Roma, era bem explícito ao afirmar que anualmente morrem de fome 25 milhões de pessoas.

No entanto, estes números frios, que são apresentados em congressos, poderiam ser substancialmente reduzidos ou mesmo anulados se a corrida aos armamentos não desviasse para fins de destruição e de morte valiosos recursos económicos e humanos que poderiam ser aplicados para combater e fazer desaparecer do mundo a fome, a miséria, a ignorância e defender a saúde das populações desprotegidas.

Ao frisar que «a luta pela paz está estreitamente ligada à luta pela democracia», Esmeralda Costa acentuou que a «educação para a paz deve começar desde pequeno, a nível familiar». Educar a criança torna-se, pois, uma tarefa primordial para que as gerações vindouras possam ter uma intervenção importante na alteração das estatísticas hoje existentes e que de ano para ano se agravam.

TUDO O OURO DO MUNDO

Foi de estatísticas que falou Laura Lopes, membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação. E elas

foram claras quanto ao sofrimento de toda a Humanidade. Citando o já referido relatório elaborado pela Comissão para a Agricultura e a Alimentação (FAO), recordou que aquele organismo das Nações Unidas considerava que cerca de 20 por cento da população dos países em vias de desenvolvimento — ou seja, 400 milhões de pessoas — sofria de uma falta considerável de calorias e proteínas.

Mas os números vão-se desenrolando: 700 a 1000 milhões de pessoas encontram-se permanentemente subalimentadas; 25 milhões morrem anualmente de fome; dois terços dos 20 milhões de crianças que nascem anualmente nos países da Ásia, da África e da América Latina sofrem de doenças e atrasam-se no seu desenvolvimento físico e intelectual por falta de alimentação suficiente.

E os exemplos poderiam continuar, desde os cereais que faltam na Índia até aos milhões de pessoas que, nalguns países africanos se encontram directamente ameaçadas de morrer de fome.

Quando isto a guerra não deixou de atingir a Humanidade. Todo o ouro do mundo não chegaria para cobrir o valor do material destruído no decorrer das guerras que desde sempre assolaram a Humanidade. Há quem calcule que se poderia rodear a Terra, pelo equador, com um cinturão de ouro com oito metros de espessura e dez de largura. Uma imagem que transmite todo o desperdício e destruição que a guerra representa.

O PREÇO DA GUERRA

Por estranho que pareça e no caso específico da guerra, um homem vale mais morto do que vivo. Assim o demonstram as estatísticas que Laura Lopes forneceu.

Na Primeira Guerra Mundial a morte de uma pessoa custou a módica quantia de três mil contos, isto é, tendo em conta as despesas efectuadas pelos diferentes governos intervenientes e dividindo a soma pelas pessoas que

morreram durante o conflito tocava a cada cadáver, nos campos de batalha ou nas cidades bombardeadas aquela quantia.

Mas a inflação viria a atingir também a guerra. E, assim, na Segunda Guerra Mundial, onde mais de 50 milhões perderam a vida, a morte de uma pessoa custou já 4500 contos. Na Guerra da Coreia esse preço atingiu 42 mil contos por pessoa, isto tendo em conta que ali morreram «apenas» 10 milhões de seres humanos. Falta «contabilizar» a guerra da Indochina.

Se houver uma Terceira Guerra Mundial e tendo em vista que se tal suceder será uma guerra termonuclear, qual será o seu custo? E quantas pessoas morrerão?

A Humanidade, estamos certos, não está interessada em conhecer as respostas a estas perguntas.

Proclamando a sua adesão ao Apelo de Estocolmo de 1975, o MDM considera que todos os esforços devem ser feitos na mobilização da opinião pública para pôr fim à corrida aos armamentos, para que a guerra seja banida da face da terra e para que as crianças cresçam livres e sauráveis e jamais conheçam os horrores da guerra.

EDUCAÇÃO PARA A PAZ

«Depois de termos tido uma educação para a guerra é difícil falar de uma educação para a paz» — salientou por seu turno Laura Arminda Carvalho, que focou toda a sua experiência como professora, recordando o ensino do período fascista em que obras literárias com certas estâncias dos «Lusiadas» e outras não eram incluídas no programa de ensino, chegando mesmo a ser proibidas em

certas escolas. E enquanto o poema «O Menino de Sua Mãe» de Fernando Pessoa, violento libelo contra a guerra, era proibido nalgumas escolas, o que é que se passava no País?

Com o começo da guerra colonial as despesas de guerra passaram de 5 milhões de contos em 1961 para 17 milhões em 1970. Num período de doze anos foram gastos, pelo menos 144 milhões de contos em despesas relacionadas com a guerra colonial, ou seja, quatro vezes mais do que foi gasto, no mesmo período, em investimentos económicos.

Mas o panorama a nível internacional tem vindo a agravar-se: na produção bélica trabalham actualmente cerca de 50 milhões de pessoas e mais de meio milhão de cientistas dão o seu contributo para as investigações necessárias.

No panorama de gastos a situação é ainda mais gritante: em 1974 todos os países aplicaram em gastos militares a soma de 250 mil milhões de dólares, quantia suficiente para construir 40 milhões de habitações providas de todo o conforto, desde a água quente e fria, gás, electricidade e aquecimento. No entanto as despesas militares atingiram já os 300 mil milhões de dólares.

Na conferência de imprensa o MDM salientando que Portugal deu um contributo histórico à causa da paz, considera que «nunca como na actualidade a correlação de forças foi favorável às forças da paz e do progresso». E sublinha aquele Movimento, empenhado numa tarefa que dia-a-dia mais se alarga:

«A Paz é possível. A construção de um mundo de Paz está ao nosso alcance».



ciências sociais na u.r.s.s. e CIÊNCIAS ECONÓMICAS e SOCIAIS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA U.R.S.S. Ciências Sociais na URSS é constituída por trabalhos de autores soviéticos nos domínios da filosofia, economia, psicologia e outros sectores das ciências sociais.

Este livro foi escrito pela redacção de Ciências Sociais junto à Academia de Ciências da URSS, a partir de obras de cientistas especializados, incluindo diferentes monografias publicadas na União Soviética nos últimos anos.

Ao conhecer o conteúdo desta obra, o leitor poderá contactar os pontos de vista dos cientistas soviéticos sobre tais problemas momentosos na actual etapa da história mundial.

Distribuição CDL — Central Distribuidora Livraria À VENDA BREVEMENTE



MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

ACONSELHADO AOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA E DE FILOSOFIA DAS UNIVERSIDADES E LICEUS



K. Marx — F. Engels

Primeiro texto integral em português traduzido directamente da edição original alemã de 1890, prefaciada e anotada por Engels. Obra básica do socialismo científico em que se explica que a produção económica constitui a base da história intelectual e política; que toda a história tem sido a história da luta de classes, entre explorados e exploradores. Inclui fac-símiles e nota sobre a primeira edição (parcial) portuguesa, de 1873, e valiosíssimas notas especialmente redigidas para a actual edição pelo professor Vasco Magalhães Vilhena.

Uma distribuição CDL de novo à venda

DISTRIBUIÇÕES

CDL Distribuidora em exclusivo de:

SEARA NOVA	EDITORIAL CAMINHO
NOVO CURSO	NOVOSTI
AVANTE	ÁFRICA EDITORA
NEOTEMA	MEJUNARODNAIA KNIGA
OPINIÃO	EDITORIAL COMUNICAÇÃO
INLD (Moçambique)	TOMA LÁ DISCO
KULTURA	APESAR DE TUDO

À CDL DISTRIBUIU ESTA SEMANA:

NOVIDADES

SEARA NOVA

— O CAPITAL DE MARX, Sempre actual, PORQUÊ? V. Vygodski 50\$00

NOVO CURSO

— CIÊNCIAS SOCIAIS NA URSS Academia de Ciências da URSS 100\$00

RELANÇAMENTOS

ÁFRICA EDITORA

— AS LÁGRIMAS E O VENTO Manuel dos Santos Lima 95\$00

À VENDA NAS LIVRARIAS a partir de 22/10/76

SEMANA INTERNACIONAL

ESPAÑA: AUSTERIDADE PARA OS TRABALHADORES

A polícia espanhola prendeu há dias o camarada Ignacio Gallego, membro da Comissão Executiva do Partido Comunista de Espanha, quando este voltou de um exílio de 40 anos, com autorização governamental. A prisão efectuou-se na sua terra natal, após dispersão violenta de uma multidão que aclamava o dirigente comunista espanhol.

A prisão de Ignacio Gallego é um elemento que se insere harmoniosamente no conjunto da política que vem a ser seguida pelo Governo de Suarez. Ao projecto de «reforma» em Espanha, já aprovado pelo «Movimento» franquista, com algumas emendas apensas, segue-se um plano de austeridade que visa de forma inequívoca os interesses dos trabalhadores. As medidas de austeridade incluem um prazo de dez dias para negociação de contratos colectivos de trabalho, maior liberdade para os patrões despedirem os empregados, taxas especiais sobre o consumo da energia e um congelamento de preços por dois meses, para além da proibição de reduções nos horários de trabalho. O despedimento livre e a facilitação da contratação temporária — destacam-se entre as medidas mais lesivas dos interesses populares.

O plano de austeridade surge num momento em que se registavam vários movimentos grevistas no país, e está desde já na origem de outros. Em Bilbao, cerca de 30 000 operários da construção civil prolongam por vários dias uma greve por melhores salários e menos horas de trabalho. O porto de Bilbao paralisa por um movimento de greve seguido por 900 estivadores, que reclamam o estabelecimento de dois períodos de trabalho.

Como resposta ao plano económico do governo, as três principais organizações sindicais espanholas, consideradas ilegais — as Comissões Operárias, a União Geral dos Trabalhadores e a União Sindical Operária — deram palavra de ordem de greve geral para 12 de Novembro. Desde já são anunciadas manifestações e reuniões nas fábricas como preparação para a paralisação à escala nacional preconizada pelas centrais sindicais.

Quando da aprovação do projecto de «reforma» governamental pelo conselho nacional do Movimento franquista, Suarez afirmou: «Neste momento de esperança renovada para todos os espanhóis, o Governo não permitirá a menor repercussão dos ataques de grupos minoritários claramente contrários aos desejos e interesses do povo que servimos».

Torna-se neste momento ainda mais claro de que «povo» Suarez falava, quais são os interesses defendidos. O capitalismo espanhol agradecerá as últimas medidas tomadas, materialização da sua vontade por um governo que o serve e representa. Quanto aos «grupos minoritários», a repressão às massas trabalhadoras, a recente prisão do camarada Gallego, é por demais esclarecedora. Os espanhóis que esperam algo do governo de Suarez, são o punhado de testas do capital. E nem todos. Temerosos da possibilidade de aproveitamento pelas forças populares dos arremedos de abertura política, os sectores mais reaccionários lançam-se na formação de novos partidos, preparam o financiamento do «Aliança Popular», formado por Fraga Iribarne.

O cada vez mais acentuado desmascaramento da pretensa política «liberal» do governo espanhol constitui um factor positivo e base indispensável para uma consequente luta pela verdadeira democracia em Espanha.

REGRESSOU DO VIETNAME UMA DELEGAÇÃO DA INTER

Regressou da República Democrática do Vietnam uma delegação da Intersindical Nacional que, a convite da Federação dos Sindicatos Vietnamitas, visitou aquele país, recentemente unificado.

Sempre rodeada do máximo de atenções e carinho, a representação da Inter contactou com trabalhadores em diversas empresas, visitou as cidades de Hanói e Haifong e a cidade recém-libertada de Ho Chi Minh (antiga Saigão), tendo sido a primeira delegação sindical do Mundo a visitar a cidade.

Em Ho Chi Minh os membros da Intersindical foram aguardados por numerosos jornalistas e correspondentes de agências noticiosas, dirigentes da União local dos Sindicatos e o vice-presidente da Federação dos Sindicatos do Vietnam. Ainda nesta cidade, foram recebidos pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, que em 30 de Abril do ano passado libertaram Saigão. De regresso a Hanói, a delegação da Central Sindical portuguesa avistou-se com o camarada Xuan Thuy, membro do Comité

Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, e com Hoang Quoc Viet, Presidente da Federação dos Sindicatos do Vietnam e membro da Comissão Central da Frente Patriótica.

No decorrer das conversações foram abordados aspectos relacionados com a actividade das duas centrais sindicais em ambos os países e analisada a situação política e sindical no mundo.

Num comunicado do Departamento de Relações Internacionais da Intersindical, refere-se que:

«Por intermédio da delegação presente na República Democrática do Vietnam, a Federação dos Sindicatos daquele país saudou toda a classe trabalhadora portuguesa e a sua central sindical, a Intersindical, pela sua luta heróica contra o fascismo e o colonialismo, pela defesa intrasigente das conquistas da Revolução e pelos seus esforços na defesa da unidade dos trabalhadores.»

LÍBANO: É URGENTE A UNIDADE DA ESQUERDA

Na madrugada do dia 17 foram suspensos os combates nas diversas frentes de batalha no Líbano. Tinha já então sido ordenado o cessar-fogo às tropas sírias.

Após o acordo provisório, para pôr termo à guerra que devastou o Líbano, entre representantes sírios, libaneses e palestinos, os chefes de Estado da Síria,

sua acção unida ou pela consequência das suas posições, o imperialismo estuda e leva à prática manobras que permitam meter uma cunha entre essas mesmas forças, criar um centro de provocação que alargue as suas possibilidades de acção na zona.

A unidade manifestada entre os países árabes, em particular

pode deixar de constituir uma cedência aos desígnios do imperialismo.

São factos que preocupam Washington e Telaviv, que não pouparão esforços para evitar qualquer evolução favorável a uma justa solução de toda a problemática do Médio Oriente.

Neste momento, a situação no Líbano continua a ser extremamente complexa e difícil. É evidente o empenhamento da reacção nacional libanesa e do imperialismo na continuação da guerra. Guerra até à sonhada vitória da direita. As dezenas de mortos, os

intensos bombardeamentos são um aviso e atestam uma intenção. Aviso que é urgente seja entendido pelas forças progressistas, por todas as forças árabes que deveriam estar empenhadas na solução do problema do Médio Oriente. Esse será um passo importante para o fim da guerra no Líbano. A seu lado estão todas as forças progressistas do Mundo, muito em particular a União Soviética. Os nítidos intentos de extermínio físico da resistência palestina impõem a rápida unidade de esforços entre aliados naturais que o imperialismo logrou dividir.



Líbano, Egipto, Arábia Saudita e Koweit e o dirigente da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, aprovaram um plano de paz.

Enquanto em Riad se traçavam as linhas da paz e se conjugavam esforços para o restabelecimento da natural unidade entre forças de esquerda, objectivamente interessadas na luta contra a política de Kissinger, na luta contra o sionismo — as forças de direita libanesa demonstravam, mais uma vez, o seu empenhamento na continuidade de uma guerra sangrenta, não deixando dúvidas de quem são os únicos interessados no prosseguimento do morticínio.

No momento em que eram suspensos os combates em terras libanesas, a direita do Líbano e os sionistas, lançaram um ataque à aldeia fronteiriça de Hannine. Os canhões tinham as insígnias do exército israelita. Seguiu-se-lhe o bombardeamento a zonas residenciais de Beirute. A 18, soldados, tanques e helicópteros sionistas, com apoio das forças de direita do Líbano, invadiram território libanês e tomaram a localidade de Marjayann, até agora nas mãos das forças patrióticas.

O imperialismo já conseguiu o assassinato de 40 mil pessoas no Líbano. Há que somar-lhe agora mais algumas dezenas, caídas sob as balas da direita após a declaração de cessar-fogo.

Num processo libanês que muitas vezes surgiu confuso, em particular pela intervenção síria, um facto ressalta nítido — o empenhamento das forças da direita na guerra, os esforços de Washington e dos seus lacaios de Israel para impossibilitar qualquer solução pacífica da crise. Mais uma vez essa realidade se evidencia, apontando para a verdadeira origem da guerra — o imperialismo americano e o sionismo.

Sempre que se regista um reforço das forças progressistas nesta ou naquela região do mundo, pela

da Resistência Palestiniana, da Síria e do Egipto, em Outubro de 73, unidade que fez gorar o ataque de Israel e permitiu a mobilização da opinião pública mundial para a entrega dos territórios ocupados por Israel em 67 — criou no Médio Oriente uma situação favorável ao desenvolvimento das forças progressistas e de uma política aberta ao futuro.

Para o imperialismo tratava-se de alterar a situação criada de acordo com os seus interesses. Assim é lançada a proposta de «regulamentação da crise por etapas», que mais não visava que a divisão entre os povos árabes e a fuga a uma solução política global, defendida pela União Soviética e a única que corresponde às justas aspirações dos povos árabes e do povo palestino.

A cedência do Egipto às manobras da Casa Branca, constituiu uma primeira vitória do imperialismo.

Seguiu-se-lhe o desencadear da guerra no Líbano, apoiada nas forças da reacção local e na intervenção sionista. Liquidar a resistência palestina surge como objectivo prioritário. Fracassa a hipótese de divisão do Líbano e criação de uma segunda Israel na zona. Mas são momentaneamente alcançados os objectivos divisionistas, entre os povos árabes, entre forças e países que deveriam estar do mesmo lado da barricada. O conflito fulcra-se em forças antagonicas — os povos árabes e o agressor — o plano do imperialismo, surge esbatido, face ao confronto entre povos árabes divididos.

O acordo actualizado conseguiu entre vários países árabes, e muito em particular entre a Síria, Resistência Palestiniana e esquerda libanesa, não só abre novas possibilidades para uma solução política do conflito, como permite a possível reconciliação de forças que sempre deveriam ter estado lado-a-lado e cuja divisão não

Bruscas quebras de produção e outros fenómenos de crise têm-se repetido nos estados capitalistas nestes últimos anos. O que aconteceu em 1974 e 1975, no entanto, não podia ter sido previsto pelos homens de negócios ou pelos economistas burgueses do Ocidente.

A crise destes últimos anos atingiu simultaneamente os três centros capitalistas da economia mundial — os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão — e os estados capitalistas das outras regiões do mundo. Uma recessão drástica foi acompanhada por dificuldades monetárias, energéticas e de matérias-primas.

O custo da crise não é, no entanto, igualmente repartido. Os lucros dos maiores monopólios continuam a crescer. Em 1974, os lucros líquidos da Exxon, da Royal Dutch Shell e da International Business Machines (IBM) somaram 3100 milhões, 2700 milhões e 1800 milhões de dólares respectivamente. Apesar dos valores de 1975 não serem ainda conhecidos, é já do conhecimento público que os lucros dos monopólios gigantes continuaram a crescer igualmente no ano passado.

Entretanto, as condições de vida da população trabalhadora têm-se deteriorado notavelmente. O documento final da Conferência de Berlim dos Partidos Comunistas e Operários da Europa assinala: «Por toda a parte a crise acarreta sérias consequências para as condições de trabalho e de vida da classe operária, dos camponeses e agricultores e das camadas médias, atingindo de forma particularmente severa os jovens, as mulheres e os trabalhadores estrangeiros».

O DESEMPREGO

O problema mais agudo que a população trabalhadora enfrenta em resultado da crise é o desemprego. De acordo com os dados publicados pela Organização Internacional do Trabalho, o nível actual de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos não tem precedente nas últimas quatro décadas. Nos fins de 1975, havia um total de 18.000.000 de desempregados, ou seja 5,2 por cento do total da força de trabalho em 23 países capitalistas.

Todas as tentativas do capitalismo monopolista de Estado tendentes a reduzir significativamente a taxa de desemprego, através de vários programas, têm sido incapazes de produzir o fim desejado. Os governos dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental foram forçados a admitir que são incapazes de combater este flagelo social que é inerente ao capitalismo.

O desemprego atingiu em particular alguns estratos da população como as mulheres, os jovens e as minorias nacionais.

O desemprego está a crescer, não só entre os trabalhadores ditos de «colarinho azul» mas também entre os dos serviços, trabalhadores de «colarinho branco».

Além de reduzirem o número de empregos e de fecharem empresas com o consequente desemprego dos respectivos trabalhadores, os monopólios têm recorrido com frequência à introdução da semana de trabalho reduzida com

a correspondente diminuição do salário.

Uma semana de trabalho reduzida para parte dos trabalhadores ajuda os patrões a intensificarem a exploração da restante força de trabalho, jogando com o medo da perda do emprego.

O desemprego tem outras consequências sociais, não só para os desempregados como também para aqueles que têm trabalho. Os trabalhadores tornam-se cada vez mais relutantes em recorrer à ajuda médica, mesmo em caso de doença grave, pois isso pode aumentar a possibilidade de serem despedidos. Casos destes têm sido relatados pela revista «Quick» da Alemanha Ocidental.

A INFLAÇÃO

A situação dos desempregados piora ainda com o aumento do custo de vida, resultante da inflação galopante. De Julho de 1974 a Dezembro de 1975, os preços da alimentação e dos bens de consumo, nos países capitalistas industrializados, subiram em média 18,7 por cento.

A inflação «desvalorizou» consideravelmente as conquistas conseguidas pela classe operária quando o Ocidente atravessou um período de alta na produção industrial.

Os trabalhadores organizados em sindicatos podem, pelo menos, esperar que a chamada «escala de ajustamento», que reduz as perdas dos seus salários reais, será incluída nos contratos com o patronato, enquanto outras partes da população atravessam extremas dificuldades. Isto aplica-se particularmente aos reformados que são grandemente atingidos pela alta dos preços, pelas rendas elevadas, etc.

Embora tentando manter a inflação sob controlo, os círculos governamentais dos países ocidentais recusam, no entanto, cortar as suas exorbitantes despesas militares, uma das principais causas da inflação. Em vez disso, cortam nos subsídios para a educação, serviços de saúde e habitação.

As perspectivas de combate à inflação continuam obscuras. O jornal americano «Business Week» crê que a taxa de inflação nos Estados Unidos não descerá a menos de 6 por cento na melhor das hipóteses. Segundo estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, a situação na Europa Ocidental é ainda mais alarmante. Prevê-se que a taxa de inflação atinja os 9,5 por cento este ano. Na Grã-Bretanha, por exemplo, poderá ir até aos 13 por cento.

Pertanto o capitalismo é incapaz de combater a inflação que continuará a agravar a situação de todas as camadas da população no Ocidente.

NOVOS PROBLEMAS

Nos últimos anos um certo número de novas questões tem vindo a aumentar a lista dos problemas permanentemente enfrentados pelos países capitalistas em época de crise. O pior deles é a deterioração das condições de trabalho, as de segurança em particular. Os operários têm sido o mais atingidos, pois

PROTESTO DO PCP CONTRA A PRISÃO DE INACIO GALLEGO

Na passada segunda-feira, o Secretariado do Comité Central do PCP tornou pública a seguinte nota, a propósito da detenção em Espanha do camarada Inacio Gallego:

O Secretariado do CC do PCP, ao tomar conhecimento da prisão do camarada Inacio Gallego, membro da Comissão Executiva do PCE, protesta energicamente contra esta prisão arbitrária e exige a sua libertação imediata; reclama uma ampla amnistia para todos os presos políticos espanhóis e o regresso a Espanha dos exilados políticos e reafirma a sua activa solidariedade à luta do povo espanhol pela liberdade e democracia.

UMA SOCIEDADE SEM FUTURO

Enquanto os lucros dos monopólios continuam a crescer, as condições de vida das massas trabalhadoras continuam a deteriorar-se. É assim a sociedade capitalista

é principalmente nas fábricas que os trabalhadores têm contacto com substâncias prejudiciais à saúde. A revolução científico-técnica, que em regime capitalista serve, apenas, os objectivos dos monopólios obsecados com a maximização dos lucros, tem caminhado para uma situação bastante perigosa.

Não admira que o movimento sindical, particularmente na Europa, encare agora a necessidade de assegurar condições de trabalho adequadas e o respectivo controlo como um dos principais problemas a resolver tão cedo quanto possível.

Agora que a crise está no auge nos países capitalistas, as realizações do sistema socialista na União Soviética e nos outros países socialistas irmãos — pleno emprego, preços estáveis de bens e serviços e progressivo aumento do nível de vida — fazem as pessoas sérias no mundo burguês interrogarem-se sobre o resultado da competição entre os dois sistemas. A incapacidade do sistema capitalista em satisfazer as justas exigências das classes

trabalhadoras e em reduzir a crescente tensão social nos países capitalistas provoca profunda ansiedade entre os defensores da sociedade burguesa e suas tentativas de dotar o capitalismo de uma nova face, em vez de resolverem os males que lhe são inerentes conduziram-nos a um beco sem saída.

A presente situação no mundo capitalista, confirma constantemente o que Leonid Brejnev, secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista Soviético, disse no seu relatório ao XXV Congresso do Partido: «A instabilidade do capitalismo torna-se cada vez mais patente. As promessas de tornar o capitalismo mais «saudável» e de criar uma «sociedade de bem-estar» no seu seio, têm obviamente falhado». O capitalismo é uma sociedade sem futuro. Tal é o veredicto de milhões de trabalhadores dos países capitalistas que sofrem a exploração crescente resultante das crises contínuas e endurecem a sua luta de classe para abolirem a exploração, assegurarem o progresso social e atingirem o socialismo.

SEMANA CONTRA O ANALFABETISMO

No âmbito da «Semana Internacional de Solidariedade Estudantil contra o Analfabetismo», promovida pela União Internacional dos Estudantes (UIE), o Movimento Alfa — Brigadas Estudantis de Trabalho e Alfabetização — organiza um conjunto de iniciativas que decorrerá até ao dia 26 deste mês, e das quais se destaca o Encontro a realizar no próximo domingo.

Este um dos assuntos abordados durante uma conferência de imprensa convocada ontem e durante a qual foi ainda revelado que será entregue brevemente na Conservatória do Registo Civil o pedido de legalização do Movimento Alfa na qualidade de Associação Cultural.

As jornadas organizadas pelo Alfa, que já se iniciaram hoje com um amplo trabalho de divulgação nas escolas, distribuição de material informativo e campanha de fundos, prosseguem amanhã com a recolha de abaixo-assinados de apoio ao Movimento Alfa, estando previstos contactos entre os militantes das Brigadas Estudantis de Trabalho e Alfabetização e as populações, com o objectivo primordial de sensibilizar a opinião pública para a luta contra o analfabetismo.

O programa de sábado inclui uma excursão a Montemor-o-Novo. Depois de uma manhã de trabalho voluntário numa herdeira colectiva da região haverá, à tarde, uma sessão de convívio e festa no teatro Curdo Semedo.

Sob o lema **Combater o Analfabetismo, Defender a Democracia**, realiza-se, entretanto, no próximo domingo, nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS), à Junqueira, o Encontro de Alfabetização, onde estarão presentes técnicos alfabetizadores e representantes dos sindicatos, das comissões de trabalhadores e de moradores,

e grupos de alfabetização.

Do programa previsto para o Encontro, salientam-se as seguintes iniciativas:

— das 9 e 30 às 11 e 30, plenário inicial: alocução do Movimento Alfa e intervenção de um representante da Intercomissões de Trabalhadores de Montemor-o-Novo;

— das 11 e 30 às 13 horas, discussão de temas nas seguintes secções: «a luta contra o analfabetismo, pela democratização da instrução e da cultura, e a política de actual MEIC»;

«estruturas populares e o combate ao analfabetismo»; «a importância da metodologia no processo de alfabetização»;

— das 13 às 15 horas, intervalo para almoço;

— das 15 às 17 horas, continuação do trabalho nas secções;

— às 18 horas, plenário de encerramento/conclusões.

Para esta jornada foram igualmente convidados alguns técnicos da UNESCO.

Os mais jovens não foram esquecidos pelo Alfa. Assim, será levada a efeito no domingo, a partir das 10 horas, na sala do teatro Adóque, uma manhã infantil subordinada ao tema «Não deixes que façam aos teus filhos o que fizeram a dois milhões de portugueses», onde estarão presentes Maria do Amparo, Carlos Moniz e Júlio Isidro.

Além de outras surpresas, a manhã infantil terá também palhaços e fantoches.

No dia 25, o MUTI promove no Teatro Vasco Santana, pelas 21 e 30, uma sessão pública integrando o tema «Analfabetismo». A Semana de Solidariedade Estudantil na Luta contra o Analfabetismo encerra no dia 26 (terça-feira), com uma noite cultural a realizar no Teatro da Trindade pelas 21 e 30, e que terá a participação de coros e danças soviéticas, José Gomes Ferreira, Lopes Graça e o grupo teatral «Os Bonecreiros».

À VENDA EM TODO O PAÍS

Grande concurso da vida soviética

5 viagens à URSS com todas as despesas pagas!

E MUITOS MAIS PRÉMIOS Máquinas fotográficas, livros, recordações soviéticas, etc., etc.

«VIDA SOVIÉTICA» é distribuída por CDE — Central Distribuidora Livros

O «PLURALISMO» NA TV

1. A situação existente nos órgãos de comunicação social estatizados, e nomeadamente na Rádio e na Televisão, tem vindo a assumir, nos últimos tempos, redobrada gravidade.

Largos sectores de opinião democrática manifestam crescente e justificada inquietação perante a orientação actual desses órgãos de informação, que não corresponde em muitos aspectos aos princípios essenciais do regime democrático consagrado na Constituição e no qual os portugueses querem viver.

Em consequência aumenta, dia-a-dia, o descrédito desses órgãos de informação junto do Povo português.

2. Como o PCP oportunamente denunciou e os factos estão hoje demonstrando sem margens para dúvida, a viragem na política de informação, operada a partir da partilha partidária realizada entre o PS e o PPD na vigência do VI Governo Provisório, traduziu-se na degradação da qualidade e objectividade da informação e na sujeição a estreitos interesses partidários de órgãos de comunicação pagos pelo Povo português.

Com os saneamentos à esquerda, despedimentos e demissões forçadas de numerosos técnicos e profissionais qualificados e com a simultânea reintegração de fascistas notórios, reforçaram-se as posições da direita na informação estatizada e veio ao de cima, de forma espectacular, a incompetência, ignorância, o reaccionarismo que são hoje características dominantes nos órgãos de informação do Estado e que têm a sua manifestação mais exemplar na situação actual da RTP.

3. Tal situação, longe de se modificar com a posse e entrada em funções do Governo do PS, como a própria institucionalização do regime democrático deveria obrigar, antes se agravou fortemente. O Governo do PS rapidamente estendeu à comunicação social a política de intolerância e favoritismo partidário que tem vindo a desenvolver em alguns sectores do aparelho de Estado.

Na RTP instaurou-se um clima de tensão e insegurança, fruto de intrigas, de coacção psicológica, de prepotências e de autoritarismo. A generalidade dos programas apresenta um baixíssimo nível que violenta diariamente a inteligência e a sensibilidade dos telespectadores.

A orientação predominante é reaccionária e obcecadamente anticomunista. Um poderoso meio de comunicação social que deveria estar ao serviço da democracia e do País arrasta-se na subserviência à corrente de direita do partido do Governo, prestando ao mesmo tempo assinaláveis serviços à direita reaccionária.

4. Como seria inevitável numa situação comandada pelo oportunismo, pela incompetência e pela corrupção política, numerosos profissionais da informação, de variadas opções políticas, que não estão dispostos a perder a sua dignidade como democratas, vêem hoje directamente ameaçada a sua estabilidade de trabalho e são impedidos de prestar o concurso positivo que está ao alcance das suas capacidades e corresponde ao seu desejo de contribuir para uma televisão democrática, ao serviço do Povo e do País.

5. A parcialidade política todos os dias exibida pela RTP e a sua notória instrumentalização pelo PS e seu Governo, assumem proporções tão vastas que merecem um vivo protesto pelo que representam de sério atentado à livre e equilibrada expressão das diversas correntes políticas na sociedade portuguesa. Com efeito, constata-se que o Governo utiliza a RTP com uma frequência completamente desproporcionada em relação ao que tem a dizer ao País e que os membros do Governo, a começar pelo Primeiro-Ministro, confundem e misturam ostensivamente as suas funções partidárias com as governativas (afectando a dignidade e a isenção que é legítimo exigir do Governo). A RTP agrava descaradamente tal situação, dando cobertura a iniciativas do PS a pretexto de que nelas participam ou intervêm membros do Governo.

Sabendo-se da proximidade das eleições para as autarquias locais, e sabendo-se igualmente que nestas eleições, por força da respectiva lei, não haverá propaganda eleitoral nos grandes órgãos de comunicação, salvo para o PS, que, a manterem-se os abusos actuais, fará a propaganda que quiser através dos membros do Governo, impõe-se a vigorosa denúncia de uma situação que poderá afectar a indispensável seriedade do acto eleitoral.

6. A defesa das liberdades e das normas de vida democrática consagradas na Constituição exige que com rapidez se ponha termo ao enfeudamento partidário dos órgãos de comunicação social estatizados, com particular premência, da Rádio e da RTP. Exige a reintegração de todos os profissionais progressistas saneados e ilegalmente despedidos. Exige o fim das prepotências e da política de favoritismos partidários. Exige a reestruturação democrática dos órgãos de informação com base numa larga participação dos trabalhadores da informação, e nos termos da Constituição. Exige que a opinião pública nacional, os trabalhadores e as massas populares, continuem a trabalhar com firmeza e vigor a batalha por uma informação objectiva, ao serviço da democracia e da Revolução portuguesa.

13 de Outubro de 1976

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



De Janeiro a Julho

De Agosto a Setembro

De Janeiro a Setembro

«O Governo já deu e está dando sobejas provas de que deseja assegurar aos meios de comunicação social uma total independência do poder político»

E, mais difícil ainda:

«Os socialistas não têm vocação para controleiros e não passa de uma cabala a afirmação de que assaltamos a máquina do Estado ou os lugares de decisão das empresas públicas.»

Da entrevista dada pelo sr. Louro, subsecretário de Estado da Informação ao jornal «O Dia»

	PARTIDOS POLÍTICOS								
	Jan. a Julho			Agosto a Set.			TOTAL		
	H	M	S	H	M	S	H	M	S
PS	12 05	59	(49,8%)	11 19	54	(85%) (a)	23 25	53	
PPD	5 39	35	(23,3%)	22 45		(2,9%)	6	2 20	
CDS	1 48	36	(7,4%)	1 6 39		(8,3%)	2	55 15	
PCP	1 53	19	(7,7%)	13 11		(1,7%)	2	6 30	
UDP/PCP (R)	1 25	44	(5,8%)	9 27		(1,2%)	1	35 11	
MDP/CDE	18	59		7			19	6	
MES	11	9		12			11	21	
PPM	11	13		7			11	20	
AOC/PCP(m-l)	8	41		—			8	41	
PDC	6	40		—			6	40	
MRPP	6	5	(6%)	—		(0,9%)	6	5	
LCI	4	58		50			5	48	
MSD	3	43		2	0		5	43	
FSP	2	56		2	38		5	34	
IS	3	23		—			3	23	
PRT	2	11		—			2	11	

	MEMBROS DO GOVERNO E DIRIGENTES POLÍTICOS								
	Jan. a Julho			Agosto e Set.			TOTAL		
	H	M	S	H	M	S	H	M	S
Mário Soares	2	13	41	6	31	28	8	45	09
Sá Carneiro	2	26	59	9	35		2	36	34
Almeida Santos	2	6	44	—			2	6	44
Freitas do Amaral	1	6	53	58	7		2	5	00
Salgado Zenha	1	56	00	—			1	56	00
Lopes Cardoso	1	1	18	30	37		1	31	55
P. de Azevedo	1	29	7	18			1	28	25
Melo Antunes	1	26	55	2	27		1	29	22
Sousa Gomes	1	9	8	2	1		1	11	9
Manuel Alegre	6	40		46	6		5	46	
Almeida Costa	5	14		—			5	14	
Vitor Constâncio	4	9	49	—			4	9	49
Álvaro Cunhal	4	3	27	1	13		4	4	40
etc.									

AVANÇOS DECISIVOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

Depois do que se passou no último dia 14, no Pavilhão dos Desportos, como podem os filiados que pagam as suas quotas para o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório acreditar no mérito democrático e no rigor administrativo da direcção afecta à «Carta Aberta»? Como podem os trabalhadores, que lutam verdadeiramente pela democracia, pela independência e pela unidade, deixar passar sem um firme protesto a atitude divisionista daquela direcção sindical que faz publicar em quase todos os jornais de Lisboa, como publicidade paga, um enorme arrazoado, apenas com a posição da direcção e ocupando uma página inteira do «Diário de Notícias» e duas páginas do «Diário de Lisboa»? Quanto custou essa atitude divisionista? Quem a paga? Quem a autoriza? A quem serve? O que é para a direcção uma Assembleia Geral?

Os trabalhadores fazem estas perguntas e para elas exigirão respostas. Uma página de anúncio num jornal de grande formato custa cerca de 19 contos. Multipliquemos agora essa verba por quase todos os jornais de Lisboa! A soma certamente não pesará demasiado no orçamento de um Sindicato com meios. Mas que direitos à publicidade de uma Assembleia Geral tem a posição de uma parte dos trabalhadores filiados num Sindicato que as outras partes não tenham? De que autoridade dispõe quem assim actua para defender «direitos de tendência», «paridades», e outros conceitos pretensamente democráticos?

Não está em causa o direito que qualquer direcção sindical possui de publicar os seus relatórios. A questão é outra. Transformado em proposta, o arrazoado que a direcção dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa (STEDL) pretende apresentar como «relatório» era uma proposta como as outras, que não foi aprovada, nem sequer discutida na Assembleia Geral do último dia 14 no Pavilhão dos Desportos. Se vai haver nova Assembleia e se se pretende esclarecer e dialogar como é que se publica só uma parte daquilo sobre que se vai discutir, quando naquela Assembleia Geral foram apresentadas muitas outras propostas que a direcção ignorou?

A atitude arbitrária e divisionista dos corpos gerentes do STEDL exige uma explicação bem clara para desfazer a ideia legítima com que se fica de que aqueles corpos gerentes utilizam dinheiro do Sindicato para fazerem publicidade partidária, caluniando o Partido Comunista Português e a Intersindical Nacional e desprezando inclusivamente as tomadas de posição, claramente maioritárias, manifestadas naquela Assembleia Geral.

O esclarecimento impõe-se por parte da direcção do STEDL. É o sentido de o obterem que os trabalhadores têm actuado como demonstra, por exemplo, a Comissão Intersindical da Caixa Nacional de Pensões (CNP) ao convidar a direcção do STEDL para uma reunião no dia 19, a fim de serem ultrapassadas as «gravíssimas dificuldades à participação democrática dos Trabalhadores de Escritório no próximo Congresso dos

Sindicatos, e para o perfeito esclarecimento dos factos ocorridos na aludida Assembleia Geral, cuja irregularidade a Comissão Intersindical da CNP denuncia nos termos em que já veio a público em grande parte da Imprensa diária. A direcção não compareceu nem se fez representar na reunião da CNP, desprezando o convite que lhe foi feito. Pensarão os corpos gerentes do STEDL que nada têm a explicar aos trabalhadores? Pensarão que lhes podem virar as costas, sem a mínima justificação, como fizeram na Assembleia Geral da última quarta-feira?

A UNIDADE EM REUNIÕES ABERTAS A TODOS OS SINDICATOS

Entretanto, no Porto, uma Assembleia Geral dos Bancários do Norte obrigava a direcção a abandonar a «Carta Aberta». Este grupo divisionista perdia assim um dos «seus» últimos e mais importantes Sindicatos que, desde o início, poucos foram. Com mais de 800 participantes, a Assembleia decorreu em boa ordem. Por voto nominal e secreto, a moção da unidade aprovada por 439 votos a favor e 364 contra, encarrega a Direcção «de desenvolver esforços no sentido de combater o pluralismo sindical e todas as iniciativas que levem à formação de blocos, devendo participar apenas em reuniões que sejam abertas a todos os sindicatos» e dinamizando, ao mesmo tempo «por todas as formas ao seu alcance a preparação do Congresso. Foi assim batida, democraticamente, a posição da direcção que, na sua propaganda dizia «não à participação do secretariado da Intersindical na organização do Congresso» e «não a um Congresso para a reestruturação da Intersindical». A assembleia deve continuar ainda esta semana para debate do Regulamento do próximo Congresso de Todos os Sindicatos para a unidade e para a reestruturação da Central Única.

Em Lisboa, numa Assembleia Geral agitada, os Bancários do Sul e Ilhas contestaram sucessivamente as várias votações, não se tendo chegado a resultados claros. Uma proposta exigindo a saída da «Carta Aberta» não chegou a ser votada. A mesa vacilou constantemente na contagem dos votos, declarando a certa altura «parecer-lhe» que a vitória da ala direita era «clara», depois de os trabalhadores se terem dividido em dois grupos para facilitar a contagem. Impõe-se a realização de outra Assembleia ou a continuação da anterior, visto não ter sido declarado o seu encerramento.

A semelhança do que sucedeu no Porto, os Bancários do Centro (Coimbra) optaram pela unidade, contras as manobras de divisão e já aprovaram, na generalidade, o Regulamento do Congresso preparado pela Comissão Organizadora Provisória (CNOP).

Dezenas de milhares de trabalhadores, em assembleias gerais por todo o País, têm feito o mesmo, nomeadamente nos Sindicatos de Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Rádio-Técnicos da Marinha Mercante, Transportes Rodoviários de Lisboa, Electricistas do Sul, Calçado, Malas e Afins do Porto, Tapeçarias, Cordoaria e Similares do Porto, Ferrovias do Sul, Telefonistas do Porto, Função Pública (Zona Norte) e Trabalhadores Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança e Vila Real.

O Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal, reunido em Assembleia Geral em 13 do corrente, decidiu, por sua vez, desvincular-se da «Carta Aberta, a que tinha aderido por iniciativa e deliberação da Direcção», que tem tomado «attitudes menos correctas, não ouvindo os trabalhadores» e alinhando «em posições divisionistas e extremamente nefastas para o Movimento Sindical».

Decidiu ainda a Assembleia que sejam distribuídos pelos trabalhadores «os projectos de Regulamento para o Congresso dos Sindicatos, a fim de o mesmo ser analisado e discutido nos locais de trabalho e serem presentes os respectivos resultados à segunda parte dos trabalhos da Assembleia Geral a realizar em 20 de Outubro de 1976».

Muitos outros Sindicatos em Assembleias Gerais, discutirão nos próximos dias a questão do Congresso, o mesmo sucedendo em plenários de empresa a realizar por todo o País.

O MESMO TRABALHO O MESMO OBJECTIVO

As Comissões Dinamizadoras Distritais para o Congresso têm desenvolvido um trabalho intenso e proveitoso. No distrito de Viana do Castelo, os trabalhadores de escritório reuniram-se em Valença do Minho, Póvoa de Lima, Caminha; os metalúrgicos em Valença. Em plenários nos Estaleiros de Viana do Castelo, com a presença de 1500 trabalhadores, sendo aprovada uma moção de repúdio à «Carta Aberta». Efectuaram-se ainda plenários e assembleias na Fábrica de Armas de Viana, no sector da Panificação, Cerâmica e Metalúrgicos. Foram distribuídos mais de 1200 exemplares do projecto de Regulamento.

No distrito de Vila Real, com o apoio da Comissão Dinamizadora Distrital do Porto, foi possível reunir 4 dos 5 Sindicatos existentes no distrito, o que há muito tempo não se verificava. Reuniram-se também delegados sindicais dos Cerâmicos, Gráficos e Bancários que têm sede no Porto. As reuniões efectuaram-se na Régua, em Chaves e em Vila Real.

No distrito de Braga, houve plenários no sector têxtil, em Guimarães, Vizela, Moreira de Cónegos, Ronda, Póvidém, Fafe e Delães. A participação dos trabalhadores foi grande, chegando as presenças a atingir, em algumas reuniões, o total de 1200 pessoas, como sucedeu em Moreira de Cónegos.

No Sindicato dos Gráficos do Minho, com grande número de presenças (300) dada a pequenez do Sindicato, os trabalhadores aprovaram o projecto de Regulamento, com rejeição das alternativas, e a participação no Congresso. A direcção retirara, entretanto, a sua adesão à «Carta Aberta».

No Sindicato da Construção Civil com sede em Guimarães, os trabalhadores reunidos em Assembleia Geral aprovaram, por sua vez o projecto de Regulamento do Congresso, rejeitando as alternativas esquerdistas. Nas obras têm-se realizado plenários com participação numerosa e interessada.

Citamos apenas alguns exemplos da grande movimentação de massas que a realização do Congresso dos Sindicatos tem provocado por todo o País. Escolhemos propositalmente exemplos de regiões onde a vida sindical não tem intensidade das grandes zonas industriais e agrícolas, onde os Sindicatos são mais pequenos em número de aderentes e onde alguns deles estavam praticamente paralisados.

A tónica geral é de grande adesão aos princípios da unidade intransigentemente defendida pela estrutura sindical existente, para consolidação e fortalecimento da independência, da democracia e da liberdade na vida sindical a todos os níveis e em todas as realizações.

Os grandes Sindicatos operários e de serviços aderiram já, na generalidade, à realização do Congresso, participando activamente na sua organização, incluídos na Comissão Nacional Organizadora Provisória que convocou entretanto, «todas as associações sindicais portuguesas» para uma Reunião Geral de Sindicatos, a realizar nos próximos dias 23 e 24 de Outubro, com início às 10 horas, nas instalações da FIL, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: aprovação definitiva do Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores e pela Reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses; eleição da Comissão Nacional Organizadora do Congresso; e marcação da data da realização do Congresso.

Na convocação, a CNOP «apela para todas as organizações sindicais — mesmo as que ainda não tenham participado nos trabalhos preparatórios — para que estejam presentes na reunião geral, dada a importância de que a mesma se reveste para a unidade dos trabalhadores portugueses e do seu movimento sindical.

«É oportuno realçar — acrescenta a CNOP — que o trabalho desenvolvido por esta Comissão e pelas Comissões Dinamizadoras Distritais tem vindo a reforçar a unidade do movimento sindical, permitindo que Sindicatos inicialmente afastados ou alheados dos trabalhos preparatórios do Congresso tenham vindo progressivamente a integrar-se, dando assim o seu contributo para o êxito do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.»